BRASIL NO RUMO CERTO

Bancada do PT na Câmara e suas contribuições para as conquistas do 1º ano do Governo Lula

PT na Câmara
Dezembro/2023

EXPEDIENTE

LÍDER - **Zeca Dirceu (PR)**

VICE-LÍDERES
Odair Cunha (MG) - 1º vice-líder
Ana Pimentel (MG)
Camila Jara (MS)
Carlos Veras (PE)
Dandara (MG)
Delegada Adriana Accorsi (GO)
Dimas Gadelha (RJ)
Erika Kokay (DF)
Helder Salomão (ES)
Jack Rocha (ES)
Josias Gomes (BA)
Juliana Cardoso (SP)
Leonardo Monteiro (MG)
Merlong Solano (PI)
Patrus Ananias (MG)
Paulão (AL)
Reimont (RJ)
Valmir Assunção (BA)

COORDENAÇÃO DE GABINETE
Joaquim Júnior Borges Ribeiro

COORDENAÇÃO DA LIDERANÇA DO PT
Bruno Gaspar Garcia, Joaquim Júnior Borges Ribeiro, Marcus Braga,
Misiara Oliveira, Patricia Soares Melo, Simone Fagundes e Sônia Brasil

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
Misiara Oliveira

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS
Carlos Leite, Misiara Oliveira, Paulo Paiva Nogueira
e Vânia Rodrigues

PRODUÇÃO E PESQUISA
Assessorias de Comunicação dos Mandatos,
Assessoria Técnica da Liderança do PT - Coordenação Bruno Gaspar Garcia
Heber Carvalho, Lorena Vale e Marcelo Didonet

EDIÇÃO
Carlos Leite e Vânia Rodrigues

CAPA e PROJETO GRÁFICO
Cláudia Barreiros

DIAGRAMAÇÃO
Ronaldo Martins

FOTOS
Gabriel Paiva, Gustavo Bezerra, Thiago Coelho
e Agência Câmara, Luz Dorneles/Divulgação e MDS

Brasília - Dezembro/2023

Bancada do PT (2023-2027)

Zeca Dirceu (PR) - Líder do PT

Afonso Florence (BA) - Licenciado
Airton Faleiro (PA)
Alencar Santana (SP)
Alexandre Padilha (SP) - Licenciado
Alexandre Lindenmeyer (RS)
Alfredinho (SP)
Ana Paula Lima (SC)
Ana Pimentel (MG)
Arlindo Chinaglia (SP)
Benedita da Silva (RJ)
Bohn Gass (RS)
Camila Jara (MS)
Carlos Veras (PE)
Carlos Zarattini (SP)
Carol Dartora (PR)
Dandara (MG)
Denise Pessôa (RS)
Delegada Adriana Accorsi (GO)
Dilvanda Faro (PA)
Dimas Gadelha (RJ)
Dr. Francisco (PI)
Erika Kokay (DF)
Flávio Nogueira (PI)
Florentino Neto (PI)
Gleisi Hoffmann (PR)
Helder Salomão (ES)
Ivoneide Caetano (BA)
Jack Rocha (ES)
Jilmar Tatto (SP)
João Daniel (SE)
Jorge Solla (BA)
José Airton Cirilo (CE)
José Guimarães (CE)
Joseildo Ramos (BA)
Josias Gomes (BA)
Juliana Cardoso (SP)
Kiko Celeguim (SP)
Leonardo Monteiro (MG)
Lindbergh Farias (RJ)
Luiz Couto (PB)
Luiz Marinho (SP) - Licenciado
Luizianne Lins (CE)
Marcon (RS)
Maria do Rosário (RS)
Merlong Solano (PI)
Miguel Ângelo (MG)
Mineiro (RN)
Natália Bonavides (RN)
Nilto Tatto (SP)
Odair Cunha (MG)
Padre João (MG)
Patrus Ananias (MG)
Paulão (AL)
Paulo Guedes (MG)
Paulo Pimenta (RS) - Licenciado
Paulo Teixeira (SP) - Licenciado
Pedro Uczai (SC)
Reginaldo Lopes (MG)
Reginete Bispo (RS)
Reimont (RJ)
Rogério Correia (MG)
Rubens Otoni (GO)
Rubens Pereira Jr (MA)
Rui Falcão (SP)
Tadeu Veneri (PR)
Valmir Assunção (BA)
Vander Loubet (MS)
Vicentinho (SP)
Waldenor Pereira (BA)
Washington Quaquá (RJ)
Welter (PR)
Zé Neto (BA)

EDITORIAL

Um ano de reconstrução nacional com democracia e justiça social

Zeca Dirceu (*)

A Bancada do PT na Câmara teve um papel estratégico ao longo de 2023, o primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula. Com negociações e atuação firme em defesa das bandeiras de reconstrução nacional e do resgate do País, construímos, junto com a base aliada, avanços enormes nos campos econômico, social e tributário.

Como maior partido de sustentação do Governo Lula, com uma bancada experiente e significativamente renovada, o PT conseguiu conduzir e contribuir para a aprovação de matérias legislativas fundamentais.

Os 68 parlamentares do PT travaram o bom combate na política e repercutiram as principais conquistas do nosso governo na sociedade, movimentos populares, sociais e sindicais e comunidade regional e internacional.

Espaços de Poder na Câmara - Após dez anos, a Bancada voltou a ocupar os principais espaços de poder na Câmara, presidindo as duas únicas comissões temáticas com poder terminativo, a Comissão de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação. E comanda outras duas importantíssimas: a de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e a do Trabalho.

O partido ainda integra a Mesa Diretora, comandando a Segunda Secretaria, e dirige as Secretarias de Comunicação Social da Câmara, a da Mulher e a da Primeira Infância, Adolescência e Juventude. Vários projetos importantes, como o do Bolsa Família, da Igualdade Salarial, da Revisão da Lei de Cotas, do Desenrola Brasil e o que instituiu como feriado nacional o Dia da Consciência Negra tiveram relatorias de parlamentares do PT.

Compensação a estados e municípios - Destaque também para o projeto de lei complementar (PLP 136/23), do Governo Lula, que prevê a compensação da União a estados e Distrito

Federal, no total de R$ 27 bilhões, pela redução do ICMS incidente sobre combustíveis, vigente de junho a dezembro de 2022. Fui relator desse projeto. Lula acertou ao encaminhar o projeto compensando as perdas que os municípios tiveram, fruto de uma medida eleitoreira do governo neofascista passado. Mas nós fomos além: em negociação com o governo e líderes partidários, avançamos e garantimos a antecipação da compensação que ocorreria em 2024. Os municípios já receberam uma parte da compensação estabelecida no projeto.

O País retornou ao leito da democracia, da solidariedade, da soberania nacional, da igualdade e da equidade, com base em modelo que promove inclusão social, renda e empregos para garantir à população mais qualidade de vida, dignidade e esperança de dias melhores. O Brasil recuperou sua imagem e protagonismo no cenário internacional.

Opção democrática - Infelizmente, o ano foi marcado pela tentativa de golpe no dia 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e vandalizadas por terroristas na tentativa de causar o caos em Brasília logo após a posse de Lula. Destruíram até a Liderança do PT na Câmara, hoje totalmente reconstruída e com um recado aos golpistas: a democracia segue firme, assim como o PT. As instituições souberam reagir e a punição aos extremistas está em curso, reafirmando a opção democrática feita pelo povo brasileiro.

O PT e os partidos aliados superaram a agenda de retrocessos do bolsonarismo e impulsionaram avanços em áreas como responsabilidade fiscal, políticas e ações de combate à fome, valorização do salário mínimo, questões étnico-raciais, ambientais e de direitos humanos, aprimoramento das políticas de educação, cultura, saúde, moradia e no campo agrário.

Políticas públicas - Destaquem-se os avanços na recomposição da base tributária, para permitir o financiamento das políticas públicas antes esvaziadas pela gestão anterior, e a promoção de justiça tributária. Impulsionamos uma agenda verde para o Brasil fazer a transição energética em bases sustentáveis. Os pobres agora estão no orçamento. Lula governa com foco nos interesses nacionais e da população brasileira. Estradas estão sendo restauradas, o financiamento à agricultura é recorde, assim como as cifras do comércio exterior.

Em 2023, foi com muita honra que presidi a Federação Brasil da Esperança, com 81 parlamentares. O trabalho foi árduo, mas positivo. Agradeço tantos aos parlamentares como à equipe da Liderança do PT e à do meu mandato por termos atuados de maneira firme para fazer o Brasil avançar.

Produção legislativa - O balanço do ano traz excelentes notícias, como se pode ver nesta publicação. O leitor e leitora poderão conferir a produção legislativa da Bancada – foram 511 proposições e centenas de requerimentos – e também a atuação de cada parlamentar, nos espaços da Câmara e em seus estados, em defesa do povo brasileiro.

Em 2024, daremos sequência às ações para garantir um país mais justo e desenvolvido, em bases plurais, solidárias, democráticas, justas e ambientalmente sustentáveis.

Uma ótima leitura e feliz Ano Novo!
Brasília, dezembro de 2023

(*) Deputado federal pelo Paraná e líder da Bancada do PT na Câmara

Guimarães trabalha pela sustentação do Governo Lula e articula recursos para o Ceará

Nos últimos anos, o País enfrentou momentos difíceis, obscuros, um verdadeiro pesadelo. Vieram as eleições em 2022, e o povo brasileiro, em defesa da democracia, escolheu Lula presidente mais uma vez. "Foi aí que começou um dos maiores e mais nobres desafios da minha trajetória política: liderar o Governo Lula na Câmara Federal e aprovar matérias vitais para devolver o Brasil aos trilhos do desenvolvimento", afirma o líder do Governo na Câmara, deputado federal **José Guimarães (PT-CE)**.

Conforme Guimarães, a PEC da Transição foi o primeiro grande desafio na sua função de líder do Governo Lula. Ele articulou essa matéria ousada que assegurou R$ 145 bi para custear programas indispensáveis como o Bolsa Família, Farmácia Popular e tantos outros.

Milhares de famílias puderam voltar a sonhar com a casa própria com a retomada do Minha Casa, Minha Vida. Destaque também para o sucesso do Desenrola, tirando milhões de brasileiros das dívidas, devolvendo a dignidade para as pessoas endividadas.

Trabalho pelo Ceará - Além das tarefas da liderança do governo, o mandato de José Guimarães focou em ajudar os municípios do Ceará, para beneficiar as pessoas. "Desloquei cerca de R$ 80 milhões em emendas para auxiliar prefeitos e prefeitas. Aprovei uma lei que inclui o tratamento de pessoas com fibromialgia pelo SUS, um alívio para milhares de pessoas que sofrem com a doença", disse o deputado.

Guimarães percorreu os cantos e recantos do Ceará durante os Seminários do Futuro, para escutar as demandas e os anseios do povo. No "Cariri do Futuro", por exemplo, "pude atender um pedido da população e articulei junto ao governo federal a volta do voo da Azul de Juazeiro para Fortaleza e voo da GOL de Juazeiro do Norte para Brasília".

"Liderar o Governo Lula na Câmara foi um dos maiores e mais nobres desafios da minha trajetória política"

Ao Vale do Jaguaribe do Futuro, o parlamentar articulou verba de R$ 136 mi do Ministério da Saúde para infraestrutura do Hospital do Vale do Jaguaribe. "Também destinei emenda para o Laboratório de Bromatologia do IFCE de Boa Viagem, um pedido apresentado durante o seminário 'Sertão Central do Futuro'", reforçou.

Novo PAC no Ceará - O Novo PAC no Ceará tem investimento de R$ 73,2 bilhões no estado: Foram R$ 450 milhões para retomada da ferrovia Transnordestina; a duplicação da BR-116 - no Boqueirão do Cesário, em Pacajus; o Lago de Fronteiras; moradias do Minha Casa, Minha Vida; o ramal do Rio Salgado e tantas outras.

FIES - Foi por meio de um projeto do deputado Guimarães, apresentado em 2021, que o presidente Lula e o ministro Camilo Santana (Educação) criaram a lei que renegocia até 99% das dívidas do Fies e perdoa 100% dos juros. "Relatei e participei ativamente na aprovação da lei Paulo Gustavo, um incentivo valioso à cultura brasileira, com investimento de quase R$ 82 milhões no Ceará", afirmou.

As principais conquistas legislativas em 2023 na Câmara dos Deputados

O balanço legislativo de 2023 é extremamente positivo, com atuação da Bancada do PT e dos partidos aliados para, em sintonia com o Governo Lula, consolidar conquistas e fazer o Brasil avançar. Superou-se a agenda de retrocessos do governo anterior, com aprovação de matérias estratégicas para o povo brasileiro. Foi retomado o Bolsa Família e avançou-se em áreas como responsabilidade fiscal, geração de empregos, ações de combate à fome, valorização do salário mínimo, questões étnico-raciais, ambientais e de direitos humanos, aprimoramento das políticas de educação, cultura, saúde, moradia e no campo agrário. Nas próximas páginas, um balanço das principais conquistas.

Novo Regime Fiscal Sustentável: impulso à economia e responsabilidade social

Com o apoio e articulação da Bancada do PT, a Câmara aprovou o Novo Regime Fiscal Sustentável (Arcabouço Fiscal). A nova regra, proposta pelo Governo Lula, define um marco para balizar as contas públicas. O novo marco fiscal sepultou o modelo anterior, baseado em um fundamentalismo neoliberal que engessava os investimentos do governo, afetando sobretudo os mais pobres, e impedia atender o compromisso de Lula de aumento real do salário mínimo e do Bolsa Família. Agora, o povo estará no orçamento. Os líderes do PT, **Zeca Dirceu (PR)**, e do Governo na Câmara, **José Guimarães (PT-CE)**, foram articuladores das negociações.

Reforma Tributária, vitória de toda a sociedade

O Congresso Nacional aprovou a Reforma Tributária sobre o consumo, modernizando e fundindo tributos velhos e ineficientes em dois tributos sobre valor agregado. O grupo de trabalho que analisou o tema foi coordenado por **Reginaldo Lopes (PT-MG)**. O atual sistema tributário, considerado um dos mais atrasados do planeta, é herança da ditadura militar. Os novos tributos permitem maior transparência, diminuem contenciosos jurídicos, estimulam investimentos e a geração de empregos. E ainda garantem mais justiça social, com devolução de impostos aos pobres.

Desenrola Brasil: justiça social com impacto gigante na economia

Promessa do presidente Lula, o Programa Desenrola Brasil, relatado por **Alencar Santana (PT-SP)**, foi aprovado no Congresso com apoio da Bancada do PT. O objetivo é renegociar dívidas privadas de pessoas físicas, em especial as de baixa renda, combatendo a inadimplência no País e ajudando endividados a pagarem seus débitos. Na primeira fase do Desenrola Brasil, foram renegociadas dívidas bancárias de até R$ 100, com quase 10 milhões de pessoas beneficiadas. De julho a novembro, foram renegociados R$ 22,4 bilhões em volume financeiro no programa. O impacto do programa é gigante na movimentação da economia, beneficiando trabalhadores, empresários e as instituições financeiras.

Taxação de fundos bilionários e de empresas offshores

Um enorme avanço foi a aprovação da taxação de empresas offshores e dos fundos de investimento fechados, duas modalidades de investimento financeiro acessadas apenas pela nata dos super-ricos do País. Esses bilionários, ao contrário da classe média que investe em fundos de investimentos, praticamente não são taxados. Não se trata de tributar mais quem ganha muito mais, mas simplesmente evitar que se cobre deles muito menos do que se cobra dos demais cidadãos brasileiros. Isso se chama justiça tributária.

Pauta ecológica do PT tem destaque na Câmara

O governo Lula resgatou o protagonismo no enfrentamento da crise climática e ambiental. A atuação da Bancada do PT na área visou reverter a tendência que marcou o governo anterior de desregulamentação e negação de direitos socioambientais, bem como contribuir para internalizar no Parlamento a agenda de transformação ecológica de Lula. O embate mais importante foi a enfática resistência do PT à aprovação do Marco Temporal (PL 419/2017). A Bancada também se empenhou para impedir retrocessos na proteção da Mata Atlântica, no Código Florestal e Unidades de Conservação. E propôs, entre outras iniciativas, uma Reforma Tributária Verde e projetos convergentes com a pauta verde do governo. **Nilto Tatto (PT-SP)**, coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, foi expoente nos debates ambientais.

Fortalecimento do SUS e retomada do Mais Médicos

A Bancada do PT atuou firme no fortalecimento e reestruturação do SUS (Sistema Único de Saúde), abandonado pelo governo passado, e também na aprovação e retomada do Programa Mais Médicos, que já conta com mais de 21 mil profissionais em todo o País. O Programa Brasil Sorridente virou lei, com aprovação de PL do deputdo **Jorge Solla (PT-BA)** e do senador Humberto Costa (PT-PE). As deputadas do PT contribuíram de forma destacada para a aprovação de medidas voltadas à maior proteção e melhoria da atenção à saúde das mulheres, como a aprovação de proposta que assegura a elas o direito a acompanhante, de sua livre escolha, em quaisquer consultas, exames e procedimentos. A Bancada também apresentou emendas para aumentar o orçamento da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, e fortaleceu o movimento em defesa da vacinação da população.

Minha Casa, Minha Vida, o sonho da casa própria voltou

O maior programa habitacional da história do Brasil voltou com o Governo Lula: o Minha Casa, Minha Vida (MCVM). A meta é construir 2 milhões de casas até 2026. A Bancada do PT teve papel central na aprovação da medida provisória (MP 1162/23) que retomou o programa, extinto pelo governo neoliberal passado. O MCMV realiza o sonho da casa própria e ainda aquece a economia, já que a construção civil é grande geradora de empregos. **Fernando Mineiro (PT-RN)** e **Juliana Cardoso (PT-SP)** compuseram a comissão especial que analisou a MP.

Educação e Cultura recuperam espaço com Governo Lula

Atacadas no governo passado, Educação e Cultura avançaram. Aprovou-se um histórico projeto que visa dar autonomia às universidades e institutos federais na escolha de reitores e pró-reitores, relatado na Comissão de Constituição e Justiça por **Ana Pimentel (PT-MG)** e na de Educação por **Patrus Ananias (PT-MG)**. O PL propõe o fim da lista tríplice e estabelece que a escolha dos reitores e outros dirigentes será direta, por meio dos votos da comunidade acadêmica. Importante também a aprovação da revisão da Lei de Cotas, cuja relatoria coube a **Dandara (PT-MG)**. O PT foi fundamental na aprovação de projeto de lei que cria o programa Escola em Tempo Integral, tema acompanhado por **Pedro Uczai (PT-SC)**, coordenador do Núcleo de Educação da Bancada. Aprovou-se ainda, na Câmara, a prorrogação do uso dos recursos da Lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura até dezembro de 2024.

Conclusão de obras escolares inacabadas e incentivo financeiro a alunos do ensino médio

Com Lula, a educação pública voltou a ser prioridade. Foi lançado, por exemplo, o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, MP 1174/2023 que foi transformada no projeto de lei (PL 4172/2023), do Executivo, e foi aprovada com apoio da Bancada do PT. O projeto prevê a liberação de quase R$ 4 bilhões até 2026 para a conclusão de mais de 3,5 mil obras escolares inacabadas.

O deputado **Pedro Uczai (PT-SC)** foi relator do PL 54/2021, que trata de incentivo financeiro a estudantes do ensino médio para diminuir a evasão escolar. O objetivo é garantir recurso mensal para mais de 2,5 milhões de estudantes do ensino médio e do EJA (Educação de Jovens e Adultos) cadastrados no Bolsa Família. Se aprovado, cada aluno receberá R$200 mensais durante dez meses por ano e mais uma poupança de R$1.000 por ano até o 3º ano do ensino médio, que poderá ser retirada apenas após a conclusão do ensino regular. Ao todo, devem ser investidos no projeto mais de R$ 20 bilhões até 2026.

Taxação de apostas esportivas para financiar esporte, turismo e educação

A Câmara aprovou projeto de lei enviado pelo Governo Lula que regulamenta as chamadas apostas esportivas. Essa modalidade de aposta, antes proibida, foi autorizada em 2018. Hoje, o mercado das chamadas BETS é gigantesco e essas empresas atuam sem pagar nenhum imposto específico e não têm nenhuma regulamentação. Os dois governos anteriores não regulamentaram a atividade, mas agora a mudança ocorreu com Lula. Serão bilhões de reais em arrecadação para o esporte, educação e turismo, que receberão 12,45% da receita das apostas.

Lei garante igualdade salarial entre mulheres e homens

Medidas em defesa dos trabalhadores avançaram em 2023. No contexto do ato de celebração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, o governo enviou à Câmara o projeto de lei da Igualdade Salarial como parte do pacote de ações para valorização das brasileiras. O PL 1.085/2023, relatado pela deputada **Jack Rocha (PT-ES**), foi aprovado e garante a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função.

Valorização do salário mínimo e aumento da faixa de isenção do IR

Com o empenho e o voto unânime da Bancada do PT, o plenário da Câmara aprovou a medida provisória (MP 1172/23), que reajusta o salário mínimo. O relator da matéria, **Merlong Solano (PT-PI)**, incluiu no seu parecer o PL 2.385/23, do Governo Lula, que estabelece a política permanente de valorização do salário mínimo, com aumento real. Ele incorporou também o reajuste da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), ampliada para quem ganha até R$ 2.640 por mês.

A volta do Bolsa Família

No âmbito da Assistência Social, o maior destaque no ano de 2023 foi a aprovação da medida provisória (MP 1164/23), que retomou o Bolsa Família. O relator foi o deputado **Dr. Francisco (PT-PI)**. Considerado um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, na nova versão foram atualizados os valores que definem as situações de pobreza e de extrema pobreza no Brasil, permitindo a inclusão de mais pessoas no programa. São 21,47 milhões de famílias contempladas pelo programa.

Avanços na área de ciência, tecnologia e comunicações

Houve importantes avanços legislativos nessa área, com audiências públicas sobre o financiamento da ciência, do ensino superior, da transformação digital, etc. Parlamentares do PT atuaram para valorizar as instituições brasileiras e reposicionar o Brasil como um país que utiliza o setor para a superação das desigualdades e melhoria das condições de vida da população. **Reimont (PT-RJ)** é vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Reforço à agricultura familiar

Com o voto favorável do PT, a Câmara aprovou o projeto de lei (PL 2920/23), do Governo Lula, que retoma o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das políticas fundamentais para que o Brasil saísse do Mapa da Fome em 2012. Estabeleceu-se a obrigatoriedade de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar nas compras institucionais e criou-se também o Programa Cozinha Solidária, para fornecer alimentação gratuita à população vulnerável. O Núcleo Agrário da Bancada, coordenado por **João Daniel (PT-SE)**, tem se dedicado a esses temas.

Ajuda às vítimas das emergências climáticas

As perdas da produção em face das emergências climáticas motivaram a edição de medidas pelo governo federal (MPs 1.189 e 1.195), autorizando a concessão de subvenção econômica e prorrogação dos contratos de custeio e de investimento dos agricultores situados nas regiões afetadas, que tiveram aprovação mediante articulação e condução de **Maria do Rosário (PT-RS)**. Foi aprovado também, com o voto favorável e emendas da Bancada, encaminhado pelo líder **Zeca Dirceu (PT-PR)**, projeto que autoriza a prorrogação e a composição de dívidas rurais contratadas até dezembro de 2022 em todo o País. A Bancada apoiou reivindicações dos produtores de leite a fim de se encontrar soluções para a atual crise do setor em 2022 em todo o Brasil.

Direitos das pessoas com deficiência, idosos e família

A defesa dos direitos da pessoa com deficiência esteve presente em diversos debates ao longo de 2023. Houve avanços, e a Bancada formou trincheira para evitar retrocessos patrocinados pela extrema direita, tais como projetos que proíbem a união civil de pessoas do mesmo sexo, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, desde 2011, como núcleo familiar. **Erika Kokay (PT-DF)** destacou-se na luta contra esses retrocessos.

Reconstrução das políticas de defesa dos direitos humanos

O ano foi crucial para a reconstrução das políticas públicas em todo o País, em especial na área de direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, presidida por **Luizianne Lins (PT-CE)**, realizou importantes debates para dar maior visibilidade às pautas da área, garantindo a participação da sociedade e de sujeitos protagonistas das políticas públicas.

Segurança Pública e respeito aos direitos constitucionais

A Bancada atuou em defesa de direitos à segurança pela populaçao e para conter retrocessos na legislação penal e processual penal, com foco no respeito aos princípios constitucionais e na defesa incondicional do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e, nesse contexto,reagiu as iniciativas da extrema direita e seus projetos retrógrados na área. **Delegada Adriana Accorsi (PT-GO)** destacou-se na área, inclusive no processo de aprovação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis.

Fortalecimento do serviço público

Importantíssima a aprovação da medida provisória (MP 1.154/2023), que reorganiza os órgãos do Executivo Federal. A manutenção das competências dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e a consagração do Ministério dos Povos Indígenas foram marcos importantes, assim como a aprovação do PL 4426/2023, que promoveu mudanças para acabar com as filas do INSS. A Bancada, com deputados como **Rogério Correia (PT-MG)** e **Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)**, atuou contra a tramitação da Reforma Administrativa, propostas pelo governo passado, precarizando o atendimento à população pelo Estado brasileiro.

Brasil avança rumo à integração sul-americana

O Congresso aprovou, com apoio do PT, o Protocolo de Acesso da Bolívia ao Mercosul, que incorporou o país andino como membro pleno do bloco. Tal incorporação fortalecerá o Mercosul e a integração regional, como destacaram **Arlindo Chinaglia (PT-SP)** e **Odair Cunha (PT-MG)**. Sobre o conflito Palestina-Israel, a Bancada do PT divulgou nota exortando a retomar às negociações de paz, com base no princípio da "solução de dois Estados" para os dois povos, com a convivência de israelenses e palestinos dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas de acordo com as Resoluções da ONU.

CPMI do Golpe e CPI do MST

O início do ano foi marcado pela tentativa de golpe no dia 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e vandalizadas por terroristas na tentativa de causar o caos em Brasília e uma instabilidade institucional, logo após a posse de Lula. A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou o caso indiciou 61 pessoas, entre as quais o inelegível ex-presidente da República. O relatório final é uma peça histórica de confirmação da opção democrática feita pelo Brasil e suas instituições. A atuação do PT na CPMI foi coordenada por **Rubens Jr. (PT-MA)**.

Na Câmara, na CPI do MST, a atuação da Bancada, coordenada por **Gleisi Hoffmann (PT-PR)**, **Nilton Tatto (PT-SP)** e o **Núcleo Agrário**, em articulação com PCdoB, PSB, PSOL e PDT. Conseguiu-se barrar mais uma tentativa da extrema direita de criminalizar os movimentos sociais do campo. A CPI foi encerrada sem a votação do relatório que pretendia criminalizar não só o MST, mas também parlamentares ligados a ele.

Na CCJC, avanços de projetos progressistas e inclusivos sob a presidência de Rui Falcão

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados ganhou destaque em 2023 pelas aprovações de projetos progressistas e inclusivos pautados pelo presidente do colegiado, deputado **Rui Falcão (PT-SP)**.

Falcão priorizou o diálogo e a pluralidade de ideias ao estabelecer na rotina da comissão reuniões frequentes com os coordenadores das bancadas partidárias, nas quais foram analisados projetos a serem pautados para votação em plenário. Também implementou transparência e equilíbrio na distribuição de relatoria das propostas, permitindo a participação e contribuição de todos os membros da CCJC de diferentes espectros ideológicos.

Desta forma, o presidente estimulou debates construtivos e buscou consensos, consolidando a comissão como um espaço democrático de deliberação. "A diversidade de opiniões enriquece o processo legislativo. Buscamos, acima de tudo, aprimorar as proposições em benefício da sociedade", frisou Rui Falcão.

Entre as propostas aprovadas nesse ano, vale destacar projetos nas seguintes áreas:

De **incentivo às trabalhadoras rurais**: A CCJC mostrou preocupação com as mulheres do campo ao aprovar o projeto de lei (PL 810/2020), do deputado **José Guimarães (PT-CE**), que estimula e facilita a titulação de terras às trabalhadoras rurais no âmbito da reforma agrária. Projeto que foi aprimorado com uma emenda para beneficiar todas as trabalhadoras rurais, independentemente do estado civil.

De **inclusão digital**: Outro marco foi a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 47/2021), da senadora licenciada Simone Tebet (MDB-MS), que acrescenta o inciso LXXX ao art. 5º da Constituição Federal para introduzir a inclusão digital no rol de direitos fundamentais.

> "***Buscamos, acima de tudo, aprimorar as proposições em benefício da sociedade"***

De **combate à criminalidade**: A CCJC avançou no combate à criminalidade ao aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC 10/2015), de autoria do Poder Executivo, que altera a Constituição para incluir entre as funções do Ministério Público a iniciativa de inquérito civil e ação civil pública para confisco de bens e valores que sejam resultado de atividade criminosa, improbidade administrativa ou enriquecimento ilícito.

Rui Falcão ressaltou que a CCJC atuou no fortalecimento da democracia e do Estado de Direito ao realizar dois seminários – propostos por Rui ele e apoiados pelo colegiado - para discutir com qualidade dois temas importantes para o País: "Forças Armadas e a Política: Limites Constitucionais"; e "Ativismo Judicial e a Legitimidade Democrática".

Luizianne preside a CDHMIR em ano em que o colegiado reforça a importância da igualdade racial

Em 2023, a deputada **Luizianne Lins (PT-CE)** assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara (CDHMIR). Criada em 1995, a comissão, neste novo momento, passou a incluir a expressão "Igualdade Racial", reforçando a importância do tema. "Assumi a presidência da comissão ressaltando que o termo Igualdade Racial foi incorporado agora. É um momento ímpar, histórico", comemorou.

A CDMIR está atenta às diversas violações que acontecem, "para que a gente possa debater e cobrar as autoridades", afirmou a deputada Luizianne. A composição da Mesa Diretora da CDHMIR também é inédita na história do colegiado. Além de ser uma mesa de deputadas, as três vice-presidentas são mulhres negras: Erika Hilton (PSOL-SP), **Jack Rocha (PT-ES)** e Daiana Santos (PCdoB-RS).

Produção Legislativa - Ao todo, a presidente da CDHMIR participou de 28 audiências públicas, 88 reuniões e presidiu 11 sessões deliberativas, para a aprovação de requerimentos do colegiado. Vale ressaltar a realização da Jorna da de Direitos Humanos com a Sociedade Civil e a audiência pública para debater Lei Dandara/ Enfrentamento à LGBTfobia (PL 7.292/2017), PL de autoria de Luizianne.

Economia do Cuidado -Destaque da atuação legislativa da deputada Luizianne em 2023, a economia do cuidado, tema da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), está disposta no projeto de lei (PL 638/2019), de sua autoria.

A Economia do Cuidado faz referência ao trabalho não remunerado que se realiza em casa, relacionado com a manutenção da habitação, com os cuidados a outras pessoas da casa, da família ou da comunidade, e de manutenção e viabilização da força de trabalho remunerado fora do ambiente doméstico.

"São milhões de pessoas, principalmente mulheres, que são invisibilizadas em um trabalho que exige muito esforço e que também move a economia do nosso País. A economia do cuidado precisa ser valorizada", defendeu. Luizianne Lins citou que a comissão aprovou R$ 2,7 bilhões em emendas para o Plano Plurianual Participativo destinados à Política de Nacional de Cuidados.

A proposição, explicou Luizianne Lins, estabelece a inclusão da economia do cuidado no Sistema de Contas Nacionais, para a definição e implementação de políticas públicas e para aferição do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

CFT aprova projeto que prevê passagens aéreas mais acessíveis

Na presidência da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o deputado **Paulo Guedes (PT-MG)** tem trabalhado com foco nos interesses do povo brasileiro. São projetos debatidos e aprovados, sob a coordenação do deputado mineiro, que preside o colegiado em 2023.

Aviação Civil - Um importante projeto de lei (PL 5442/2020), que trata dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), foi relatado por Paulo Guedes e aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Para ele, a aprovação da proposta tornará as passagens aéreas acessíveis ao público, haverá melhora na infraestrutura dos aeroportos, além de incrementar o turismo aquecendo a economia do País.

O resultado positivo foi graças à articulação do presidente do colegiado, com o apoio dos demais deputados integrantes da CFT. "Com a aprovação do projeto, os recursos da FNAC também poderão ser usados na cobertura dos custos de desapropriações de áreas destinadas a novas instalações aeroportuárias", explicou.

"A minha missão como presidente da Comissão de Finanças e Tributação tem sido esta, de trabalhar em benefício do nosso povo. Por isso, comemoro essa vitória que vai proporcionar o barateamento das passagens aéreas, impulsionar o turismo e aquecer a economia do País", reiterou Guedes.

Pelo projeto aprovado, será possível a utilização dos recursos do FNAC para desapropriações, desde que a ampliação do aeroporto em questão não seja uma obrigação do concessionário. Isso proporciona uma maior flexibilidade no uso dos recursos, permitindo que a infraestrutura aeroportuária do País possa ser expandida de forma mais eficiente e estratégica.

"A minha missão tem sido trabalhar em benefício do nosso povo"

Além disso, Paulo Guedes apresentou um substitutivo que amplia o limite de garantia que pode ser fornecida às empresas aéreas com recursos do FNAC, passando de R$ 3 bilhões para R$ 8 bilhões. Essa mudança era uma reivindicação do setor e contou com o apoio do governo através do Ministério de Portos e Aeroportos. "O que demonstra a importância da medida para o desenvolvimento e fortalecimento do setor de aviação no Brasil", comentou o presidente da CFT.

Recomposição da malha aérea - Paulo Guedes destacou ainda que a aprovação do projeto vai possibilitar a recomposição da malha aérea brasileira, com a reativação de vários destinos que foram cancelados durante a pandemia, o que acarretou tantos prejuízos sociais e econômicos. "O texto aprovado beneficiará não apenas as empresas que hoje já operam, mas servirá como um atrativo para a entrada de novas empresas no País atuando nesse setor", avaliou.

Comissão de Trabalho aprova projetos essenciais para o direito trabalhista brasileiro

A Comissão de Trabalho, sob a presidência do deputado **Airton Faleiro (PT-PA)**, atuou ativamente no ano de 2023. Foram 94 reuniões, com 175 horas; 106 proposições deliberadas, das quais 104 foram aprovadas e apenas 2 rejeitadas, o que mostra o excelente clima de diálogo e busca por convergência que foi proporcionado no colegiado.

Entre outras matérias fundamentais para o direito trabalhista brasileiro foram deliberadas matérias como a equiparação dos Agentes de Vigilância Sanitária aos Agentes de Combate a Endemias e aos Agentes Comunitários de Saúde; licença maternidade de mulheres que trabalham em embarcação; redução do período aquisitivo de acesso ao seguro-desemprego para trabalhadores rurais ocupados em culturas sazonais; entre outras.

De forma complementar aos trabalhos da comissão, foram instituídas três subcomissões permanentes. São elas: do Trabalho por Aplicativos e por Plataformas Digitais; das proposições relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e dos Casos de Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil.

A comissão realizou também dezenas de audiências públicas, cumprindo o papel de fiscalização e intermediação entre a sociedade e o Poder Público. "Nesses debates foram trazidos temas sensíveis e encontradas soluções que beneficiaram a classe trabalhadora de nosso País," disse Faleiro

Regularização das terras - Na sua atuação parlamentar em 2023, Airton Faleiro relatou o projeto de lei (PL 2.757/2022), que facilita regularização de terras na Amazônia Legal. O texto aprovado retira entraves para a regularização de terras na Amazônia e no Brasil. "O projeto é muito importante para 'desamarrar as mãos' do Incra na regularização fundiária para quem hoje é prejudicado pelas cláusulas resolutivas da forma como estão e para o nosso público que está nos assentamentos de reforma agrária", afirmou.

"Priorizamos o diálogo para avançar nos projetos fundamentais para a classe trabalhadora"

Além da extinção de cláusulas resolutivas, Faleiro incluiu no texto vários dispositivos que beneficiam aqueles que estão com o pagamento de suas terras em atraso; que aumentam os empréstimos do Fundo da Terra e da Reforma Agrária, além de permitir o reassentamento de quem já foi assentado ou ainda a possibilidade de detentores de alguns cargos públicos se tornarem beneficiários da reforma agrária.

O texto também aumenta de R$ 140 mil para R$ 280 mil o valor máximo de crédito que o beneficiário poderá tomar junto ao Fundo da Terra e da Reforma Agrária para comprar imóvel rural.

Maria do Rosário: intensa produção legislativa e atuação na Mesa Diretora da Câmara

A deputada **Maria do Rosário (PT-RS)**, eleita para compor a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, aprovou importantes projetos ao longo de 2023, deixando sua marca por meio de uma produção legislativa diversificada e impactante, reafirmando seu compromisso com a democracia e com leis que façam a diferença na vida das pessoas.

A parlamentar foi a autora da Lei 14.717/2023, que institui pensão especial para os filhos e dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio. Demonstrando sensibilidade e compromisso com a causa, a deputada também protocolou o projeto "Não é Não" (PL 03/2023), que cria protocolo para prevenir e atender mulheres vítimas de violência sexual ou assédio em discotecas, bares, restaurantes e outros espaços de lazer. O projeto aguarda revisão na Câmara após aprovação no Senado.

Sua parceria com a deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)** resultou na Lei 14.723/23, que renova a Política de Cotas para ingresso nas instituições federais de educação, e que contou com importantes inovações trazidas pela deputada **Dandara Tonantzin (PT-MG)** e pelo senador Paulo Paim (PT-RS), relatores nas respectivas Casas.

Rosário também se destacou pela autoria da Lei 14.567/2023, que reconhece desfiles, músicas, práticas e tradições das escolas de samba como manifestação da cultura nacional.

Margarida Alves - O resgate da memória da combativa líder sindical camponesa Margarida Maria Alves, incluindo seu nome no livro de heróis e heroínas da pátria, também foi iniciativa da parlamentar gaúcha.

A Lei 14.649/2023, sancionada pelo presidente Lula durante a Marcha das Margaridas, é um tributo à coragem de uma lutadora assassinada por defender direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Outra iniciativa importante foi a aprovação do projeto de lei (PL 6385/2016) de fidelização dos Correios. De autoria conjunta com o deputado André Figueiredo (PDT-CE), o texto prevê a contratação preferencial dos Correios por parte de órgãos públicos federais para serviços prestados de forma não exclusiva.

O PL 6385/2016 também determina a contratação preferencial da Telebras nos serviços de comunicação multimídia por parte dos órgãos públicos e estatais.

Prêmio Glória Maria - No âmbito da Segunda Secretaria da Mesa Diretora, Maria do Rosário atuou pela aprovação e foi relatora do Prêmio Glória Maria de jornalismo, a ser promovido pela Câmara dos Deputados em sua primeira edição no ano de 2024. Ao longo de 2023 foram sete prêmios entregues pela Câmara dos Deputados, entre eles a Medalha Mérito Legislativo, e três edições do programa Estágio Visita, sendo a primeira edição deste ano, um esforço pela retomada do programa após o período de pandemia.

Ana Paula Lima destaca conquistas do Governo Lula e afirma compromisso social

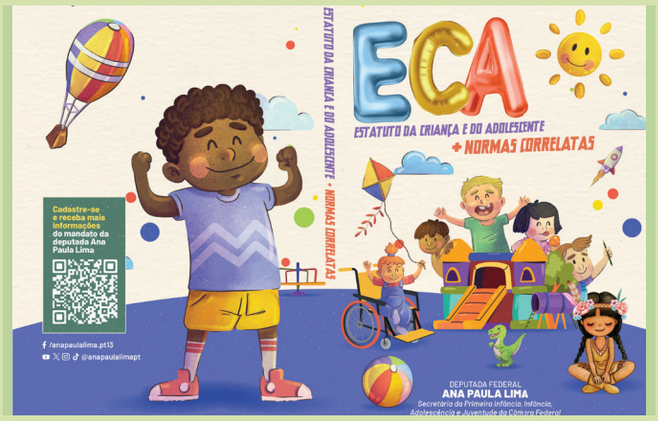
Vice-líder do governo na Câmara em seu primeiro mandato, a deputada **Ana Paula Lima (PT-SC)** faz uma avaliação positiva do ano, sobretudo após a retomada de um governo democrático que atua para a reconstrução e união do Brasil. "A aprovação do novo salário mínimo, beneficiando mais de 50 milhões de aposentados e trabalhadores, a retomada dos programas de Aceleração do Crescimento e Minha Casa, Minha Vida, o resgate do Bolsa Família vinculado à saúde e educação, além do novo arcabouço fiscal, foram essenciais para o desempenho econômico e social que o País vem apresentando", aponta.

Ana Paula destaca o volume de ações do seu primeiro mandato. Em 11 meses ela apresentou 287 projetos e relatou outros 25 em defesa dos trabalhadores, da saúde para mulheres e mães, crianças e adolescentes e também pelo fim do ódio e das violências nas escolas. "Ao integrar as principais comissões da Casa, pude acompanhar pautas prioritárias, sobretudo nas comissões de Saúde e de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde recentemente relatei o PL que amplia a divulgação para mulheres acerca de cirurgia plástica reparadora de mama nos tratamentos de câncer pelo SUS".

Ana Paula também assumiu a **Secretária da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude da Câmara** e integra outras comissões, como a da Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. É vice-presidente da comissão especial de Violência Obstétrica e Morte Materna, e integra a Comissão para Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais.

Atuante na defesa do Governo Lula e atenta às pautas sociais, Ana Paula tem forte atuação no plenário, com mais de 120 discursos proferidos, a maioria acerca das demandas do estado de Santa Catarina, fruto de uma agenda republicana e de aproximação com lideranças de todas as regiões do estado, o que lhe rendeu o ranking de melhor deputada de Santa Catarina, eleita pelo voto popular no Prêmio Congresso em Foco 2023.

Infância, Adolescência e Juventude - Com o objetivo de fortalecer os espaços de representação, diálogo e articulação, a Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude protagonizou diversos eventos ao longo do ano. Entre eles a celebração dos quatro anos do Pacto Nacional pela 1ª Infância junto ao Conselho Nacional de Justiça, com ações voltadas à proteção de crianças. A Secretaria também organiza o lançamento da 1ª edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), numa ação coordenada para Conselheiros e Conselheiras Tutelares eleitos em 2023.



Pauta da Bancada Feminina avança com ações articuladas por Benedita da Silva

Eleita em maio para o biênio 2023-2025, a deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)** encerra 2023 com sete meses de muito trabalho à frente da coordenação-geral da Bancada Feminina na **Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.** O órgão, inédito em parlamentos no mundo, congrega a Coordenação da Bancada Feminina, a Procuradoria da Mulher e o Observatório Nacional da Mulher na Política.

Por ter assento, voz e voto durante as reuniões do Colégio de Líderes, a coordenação da Bancada Feminina é a responsável por articular, apresentar e incluir na pauta os projetos de interesse das parlamentares, o que vem permitindo avançar na aprovação de importantes projetos para a sociedade e dando destaque à atuação das deputadas no plenário da Câmara dos Deputados.

"Não é Não" - Nesse período, sob a coordenação da deputada, projetos importantes foram aprovados: PL 03/23, da deputada **Maria do Rosário (PT-RS**), com apensados de **Dandara (PT-MG**) e **Luizianne Lins (PT-CE**), que cria o protocolo "Não é Não", para atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio. Foi aprovado ainda o PL 2975, de autoria de **Juliana Cardoso (PT-SP**), que garante a inclusão da situação da mulher indígena de forma transversal na legislação de enfrentamento à violência e de promoção da saúde e da educação.

Também foi aprovado o PL 9930/2018, da deputada **Erika Kokay (PT-DF**), que aumenta a pena para quem registra e divulga, sem consentimento, a intimidade de uma pessoa. E ainda o PL 9905/18, do deputado **Helder Salomão (PT-ES**) que agrava a pena para crimes cometidos na presença de crianças e adolescentes, principalmente os caracterizados como violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Secretaria da Mulher realizou agendas com foco em audiências públicas, conferências, palestras, seminários, exposições, sessões solenes, encontros de procuradorias, além de dois grupos de trabalho sobre a ampliação da licença paternidade e orçamento com recorte de gênero e raça.

Outubro Rosa - Seja apoiando ou realizando, a Secretaria da Mulher participou ativamente das campanhas 'Agosto Lilás', que visa ao enfrentamento da violência contra a mulher e tem como objetivo divulgar a Lei Maria da Penha; 'Semana Mundial do Aleitamento Materno'; 'Outubro Rosa', pela detecção e tratamento precoce do câncer de mama; '21 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher'; ações pela saúde das mulheres; e colaborou com o lançamento do livro 'Mulheres e Lobby no Parlamento Brasileiro', além das atividades em comemoração aos 10 anos da Secretaria da Mulher da Câmara Federal.

"Isso é o resultado de apenas sete meses de trabalho. Acredito que muitas outras ações que já foram articuladas pela Secretaria da Mulher, com certeza, representarão excelentes conquistas no próximo ano", analisou Benedita da Silva.

Tarifa Zero e expansão da Rede Legislativa marcam atuação de Jilmar Tatto na Câmara

Eleito deputado federal carregando a bandeira da Tarifa Zero, também foi escolhido Secretario de Comunicação Social da Câmara para o biênio 2023-2024. Em seu retorno à Câmara Federal, **Jilmar Tatto (PT-SP)** direcionou seu trabalho na formulação de projetos de lei na área de mobilidade urbana e transporte, visando criar condições de implantação da Tarifa Zero em todo o Brasil e criação do Sistema Único de Mobilidade.

"Após muito tempo lidando com políticas públicas de mobilidade e transporte, cheguei à conclusão de que a Tarifa Zero é fundamental no processo de redução de desigualdade e democratização da cidade e de acesso a serviços e bens públicos", explica o parlamentar paulista, que foi secretário municipal de Transporte de São Paulo nos governos de Marta Suplicy e Fernando Haddad.

Tarifa Zero - Jilmar Tatto apresentou o projeto de lei (PL 1280/2023), que institui o Programa Tarifa Zero, autorizando municípios a ofertar transporte público gratuito para trabalhadores e trabalhadoras na cidade em que residem.

Um marco da luta pela universalização do transporte gratuito na Câmara foi a criação da Frente Parlamentar em defesa da Tarifa Zero, na segunda quinzena de novembro. Sob a coordenação do também petista **Washington Quaquá (RJ**), o grupo supraparlamentar deve se debruçar sobre todas as propostas legislativas relativas ao tema e sintetizar de forma que facilite o trâmite legislativo.

Mobilidade Urbana - O parlamentar também fez propostas legislativas para reduzir a velocidade máxima nas vias (PL 2789/2023), com o objetivo de aumentar a segurança de ciclistas e pedestres. "Implantamos a redução de velocidade em São Paulo e o efeito na redução de acidentes e vítimas foi imediato. Isso significa redução de custos previdenciários, no sistema de saúde e, principalmente, qualidade de vida", lembra.

Tatto apresentou também o PL 1743/2022, que institui o Programa de Mobilidade Urbana Sustentável. A proposta visa incentivar a aquisição de ônibus elétricos e/ou híbridos por parte dos municípios. "Além de promover a redução da emissão de carbono, temos que propor ações que incentivem a inovação tecnológica com geração de emprego e desenvolvimento de novas tecnologias".

Comunicação na Câmara - Secretário Nacional de Comunicação do PT, Tatto também comanda a Secretaria de Comunicação Social da Câmara Federal, trazendo de volta programas que foram suspensos na época da pandemia; criação de novos programas; retomada da produção de documentários; e programação especial em comemoração dos 35 anos da Constituição Federal.

No primeiro ano da gestão de Tatto, o canal da TV Câmara ultrapassou um milhão de inscritos e fortaleceu a articulação política pela expansão da Rede Legislativa, que possibilitará que milhões de pessoas tenham acesso direto ao conteúdo produzido pela TV e Rádio da Câmara e Senado. "Quero aproximar o trabalho legislativo da população e aquilo que produzimos é o que tem de mais plural e diverso hoje, representando todas os matizes ideológicas", comenta o deputado.

Bancada Negra: Câmara formaliza espaço para organização das demandas da população negra

Novembro de 2023 entra para a história da democracia e do Parlamento brasileiro como o mês em que a Câmara dos Deputados institucionalizou a Bancada Negra na Casa, com a aprovação do projeto de resolução (PRC 116/23).

Agora, os parlamentares e as parlamentares negras passam a ter um espaço para organizar as lutas e demandas da população negra, com voz e voto no Colégio de Líderes incidindo sobre as matérias que vão ser votadas em plenário. A bancada também terá direito a usar a palavra, por cinco minutos semanalmente, durante o período destinado às comunicações de liderança, para expressar a posição dos seus integrantes.

A Bancada Negra é composta por parlamentares negros e negras da Câmara, de forma suprapartidária, com um cargo de coordenação-geral e três vice-coordenadorias. A direção será renovada a cada 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, por eleição.

Para este primeiro período, deputado Damião Feliciano (União-PB) vai coordenar os 122 deputados federais que se autodeclararam pretos ou pardos na última eleição. A deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)** foi escolhida como 2ª vice-coordenadora da bancada, que ainda terá a deputada Talíria Petrone (Psol-RJ) como 1ª vice-coordenadora e a deputada Silvia Cristina (PL-RO) como 3ª vice-coordenadora.

Talíria, que foi uma das autoras do projeto que garantiu a criação da bancada, fez uma homenagem à deputada Benedita da Silva, que foi a única parlamentar negra na Assembleia Constituinte e é um símbolo da luta negra na política nacional. "Obrigada, Benedita, por você vir há tanto tempo abrindo caminho para que mais e mais pessoas negras ocupem o Parlamento, ocupem o espaço de poder para representar as maiorias, porque a verdade é que nós somos maioria do povo, embora sejamos ainda sub-representadas. Você é nossa referência, é nossa guia condutora", afirmou no dia da aprovação da proposta.

Benedita disse que se sentia recompensada com a criação da Bancada Negra. "Viver 81 anos e ter dedicado a maior parte da minha vida à política, neste momento, eu me sinto recompensada. Eu agora tenho uma bancada que vai dar continuidade a uma luta de séculos e séculos", comemorou.

Dia da Consciência Negra - A Bancada Negra já alcançou a sua primeira vitória, com a aprovação do projeto de lei (PL 3268/2021), relatado pela deputada **Reginete Bispo (PT-RS**), que declara feriado nacional o dia 20 de novembro - Dia de Zumbi e da Consciência Negra.

Também estão na lista de prioridades da bancada o projeto para criar um protocolo de acolhimento e atendimento às vítimas de discriminação racial; o projeto que regulamenta o uso do reconhecimento fotográfico para apontar supostos acusados de crimes; e a proposição que determina a inclusão de aulas de direitos humanos e combate ao racismo em cursos de preparação para agentes de segurança.

Bancada do PT na Câmara apresenta mais de 500 propostas legislativas em 2023

No ano de 2023, a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, sob a liderança do deputado **Zeca Dirceu (PR)**, atuou de forma incisiva buscando a retomada das políticas públicas e impulsionando a transformações necessárias para o Brasil. O objetivo central foi assegurar a aprovação das políticas sociais e econômicas propostas pelo Governo Lula.

Ao longo desse período, foram apresentadas 511 proposições legislativas, abrangendo projetos de lei, projetos de lei Complementar e propostas de emenda à Constituição. Adicionalmente, a Bancada apresentou centenas de requerimentos diversos, relacionados a audiências públicas e à criação de frentes parlamentares. Essas iniciativas refletem o empenho da Bancada em abordar uma variedade de questões e promover debates cruciais para o desenvolvimento do País.

Os 68 parlamentares petistas também reiteraram seu compromisso com a defesa da democracia, empenhando-se para que os responsáveis pela tentativa de golpe em 8 de janeiro fossem devidamente responsabilizados e arcassem com as consequências pela destruição ocorrida nas sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Projetos aprovados - Sob a relatoria da deputada **Dandara (PT-MG)**, a Nova Lei de Cotas foi aprovada. O projeto de lei (PL 5384/20), de autoria das deputadas **Maria do Rosário (PT-RS)** e **Benedita da Silva (PT-RJ)**, traz inovações com a inclusão de estudantes quilombolas. A lei reserva metade das vagas aos cotistas com renda familiar de até um salário mínimo (R$ 1.320) por pessoa. Atualmente, a renda familiar exigida é de um salário mínimo e meio per capita.

Outro projeto relevante aprovado foi o PL 3/2023, da deputada Maria do Rosário, que estabelece o Protocolo "Não é Não" para o atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em discotecas, estabelecimentos noturnos, eventos festivos, bares, restaurantes ou qualquer local de grande circulação de pessoas. Essas medidas destacam-se como avanços significativos em questões de inclusão e proteção às mulheres.

Mesa diretora e comissões - Reafirmando seu protagonismo, o PT garantiu espaço na Mesa Diretora da Câmara. A deputada Maria do Rosário foi eleita com 371 votos para comandar a 2ª Secretaria da Câmara dos Deputados no biênio 2023/2024.

O PT também comanda quatro comissões da Câmara dos Deputados: **Rui Falcão (PT-SP)** preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; **Luizianne Lins (PT-CE)** a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; **Airton Faleiro (PT-PA)** a Comissão de Trabalho, e **Paulo Guedes (PT-MG)** a Comissão de Finanças e Tributação.

Adriana Accorsi: Segurança Pública importa

Durante o primeiro ano legislativo, a deputada Delegada **Adriana Accorsi (PT-GO)** apresentou diversas proposituras e representações no Legislativo, dentre elas 12 projetos de lei de projeção nacional como Sala Lilás, Ana Benevides e PEC das Guardas Municipais. Por ser delegada civil de carreira, a Segurança Pública tem sido sua pauta prioritária.

A deputada acumulou participações em comissões como a de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; da Educação; Defesa dos Direitos da Mulher; com a marca da defesa de vários segmentos relacionados às pessoas LGBTQIAPN+; Combate ao Racismo; Juventude, Crianças e Adolescentes; e Educação.

PEC das Guardas - Ao trabalhar ativamente na melhoria e nas causas das polícias brasileiras, Accorsi foi escolhida em outubro para ser relatora da PEC das Guardas Municipais. O projeto surge como forma de salvaguardar os direitos da Guarda Civil Metropolitana, junto com a prerrogativa da Lei 13022/2014, que já configura a GCM como órgão de proteção municipal autorizado ao uso progressivo da força, se necessário.

A proposta já foi implementada em Goiânia, reduzindo em cerca de 80% a criminalidade nas regiões em que foi implantada. A parlamentar destaca que são necessárias "ações preventivas e uma segurança patrimonial mais próxima da sociedade". Com uma nova perspectiva para Goiás, eleita em 2022, com 96.714 dos votos, Adriana Accorsi é filha do saudoso prefeito de Goiânia, Darci Accorsi. Ela já exerceu o mandato de deputada estadual (2014-2022) por duas vezes consecutivas, sendo o braço direito do presidente Lula na Terra do Pequi.

O Desenrola e o fim da extorsão com os juros do cartão de crédito

O novo governo Lula, através de várias ações e programas, está promovendo uma revolução silenciosa na estrutura tributária e financeira do Brasil. No futuro próximo, o ano de 2023 será lembrado como o do início da reforma tributária e também como o ano do **Desenrola**, que ajudou mais de 10 milhões de pessoas a limpar o nome e recuperar o crédito na praça.

Para o deputado **Alencar Santana (PT-SP)**, a ação de impacto mais imediato nesse campo foi finalmente acabar com a extorsão desenfreada dos juros rotativos do cartão de crédito. A taxa média dessa modalidade era de 450% ao ano. Em algumas instituições financeiras, chegava a 900%. "Um abuso contra a economia popular que não encontra paralelo no mundo", criticou.

A regulamentação do Conselho Monetário Nacional deverá ser anunciada até o fim de 2023, mas a lei que cria o Desenrola já deixou claro que, se o CMN não estabelecer as regras, valerá o limite máximo de 100% da dívida original, independentemente do tempo decorrido.

Limite a juros abusivos - Vice-líder do governo Lula na Câmara, Alencar Santana foi o relator do Desenrola na Casa e, apesar das pressões do sistema financeiro para que o projeto não tocasse no tema dos juros, o deputado fez questão de incluir a limitação a esse abuso. "Todo o meu trabalho foi feito em diálogo permanente com a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) e fico muito feliz por ajudar o presidente Lula a reconstruir o Brasil também na dimensão financeira", destacou o parlamentar.

Frente Parlamentar impulsiona indústria naval

"Acredito que o fortalecimento da indústria naval brasileira deve estar no centro de uma política de reindustrialização do Brasil, fundamental para o reposicionamento do País na nova ordem econômica mundial". A afirmação é do deputado **Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)**, que no início do seu primeiro ano de mandato na Câmara lançou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval Brasileira.

Ex-prefeito de Rio Grande, cidade no sul do Brasil que experimentou o momento pujante da economia com o polo naval, Lindenmeyer considera urgente ampliar os investimentos públicos e privados neste setor que tem potencial de gerar milhares de empregos.

"A indústria naval demonstrou no passado recente a sua importância estratégica, sua capacidade de gerar empregos, ampliar a renda das famílias e alavancar o desenvolvimento socioeconômico", salienta, ao lembrar que o melhor momento do setor naval no País foi justamente nos governos de Lula e Dilma.

Estratégica - Já nos primeiros meses de 2023, a retomada da indústria naval foi anunciada pelo presidente Lula como parte da estratégia para reindustrializar o Brasil. E a criação da Frente Parlamentar é fundamental para a retomada da política de valorização do conteúdo local, da mão de obra brasileira, e na busca de novas tecnologias ampliarndo a capacidade de produção para movimentar diferentes segmentos de produtos e serviços. "Vamos incentivar o desenvolvimento do novo Brasil que estamos construindo com Lula, com mais trabalho, mais renda e bem-estar a todos e todas", ressalta. A indústria naval brasileira desenvolvida, acrescenta Lindenmeyer, é fundamental para a soberania nacional.

Frente Parlamentar em Defesa da Arte e Cultura Periférica se torna realidade no Brasil

Em um ato impactante e com a presença da ministra da Cultura, Margareth Menezes, o deputado **Alfredinho (PT-SP)** reuniu munícipes, artistas e apoiadores da cultura no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Arte e Cultura Periférica, realizado em novembro, no Grajaú, extremo sul da cidade de São Paulo. Em um evento que movimentou a região, o Espaço Comunidade Cidadã se tornou palco de diversas manifestações culturais que animaram a noite ainda mais e, durante o lançamento, após destacar a dificuldade que os pequenos e médios artistas possuem para garantir o apoio à sua arte, Alfredinho comentou a importância da frente e do debate que será travado na Câmara Federal "Nós precisamos desburocratizar o acesso dos artistas aos recursos", defendeu. Em sua fala, a ministra da Cultura demonstrou empolgação por conhecer uma região tão rica culturalmente como o Grajaú e reforçou o compromisso com a população e artistas.

"Nós estamos em um momento que o Ministério da Cultura é uma pasta que está de frente para o povo brasileiro, não é como estava antes, de costas para os artistas", ressaltou.

Relação com a cultura - Ao longo de sua trajetória política, Alfredinho se destacou entre os movimentos culturais após criar, quando vereador, diversos projetos de lei, já sancionados na cidade de São Paulo, que garantem o fomento às mais diversas formas de cultura (comunidades de samba, circo, grafiti, forró e reggae) e expandem a defesa dos artistas e o acesso da população à arte e cultura, principalmente nas regiões periféricas.

Um mandato sintonizado com o Governo Lula e em defesa das mulheres, da saúde e da educação

Como vice-líder do PT, a deputada **Ana Pimentel (PT-MG)** trabalha com o presidente Lula para reconstruir o Brasil e fazer um mandato em defesa das mulheres, da educação, do SUS e do bem-viver. "Sou coautora do projeto "Não é Não", da deputada **Maria do Rosário (PT-RS)**, e protocolei um PL para garantir o direito de mulheres a acompanhante em procedimentos com sedação total ou parcial. Também participei da construção da Política Nacional de Cuidado do Ministério das Mulheres e protocolei um PL que institui a Política Nacional de Saúde Integral da Mulher", informa Ana Pimentel.

A deputada assumiu a vice-presidência da Frente Mista da Educação e a coordenação da Frente em Defesa das Universidades Públicas. "Aprovamos o PL da 'Autonomia Universitária, relatado por mim na CCJC, que garante às instituições de ensino federais a escolha democrática de seus dirigentes. E ainda conquistamos o prêmio Congresso em Foco, na categoria Defesa da Educação", lembrou.

Mais Médicos e SUS - Na Saúde, a deputada atuou com o Governo Lula para ampliar o

Mais Médicos em MG e lançar a Frente Parlamentar Mista do SUS. "Presidimos a Frente Parlamentar da Vacina, criada neste ano, e assumi a coordenação-geral da Frente Parlamentar de Enfrentamento às ISTs, HIV/AIDS e Hepatites Virais".

Ana Pimentel protocolou o PL Ana Benevides, para garantir a distribuição de água em eventos públicos. "Propusemos o PLC 198/23, reconhecendo o trabalho da área ambiental como atividade essencial, e o PL 4749/23, que inclui educação ambiental e sanitária no currículo escolar", observa.

"Ao fim deste ano, reforçamos o compromisso de reconstrução do Brasil e atenção aos municípios mineiros, buscando ouvir a população e contribuir para um País mais justo e igualitário", conclui.

Arlindo propõe Lei de Empoderamento de Dados e conquista campus do Instituto Federal para Ribeirão Preto

Em 2023, o deputado **Arlindo Chinaglia (PT-SP)** dedicou sua atuação parlamentar quase que exclusivamente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputado, onde a oposição é maioria e há intensa disputa política e ideológica. "Mesmo assim, o trabalho foi altamente proveitoso. Fui eleito vice-presidente do **Parlamento do Mercosul** (Parlasul) e mantenho, pelo componente latino-americano, a presidência da principal Comissão da Assembleia Euro-Latino Americana (EuroLat), a de Desenvolvimento Sustentável, Tecnologia e Inovação".

Conquistas do mandato – Pela articulação do deputado, Ribeirão Preto receberá um Campus pleno do Instituto Federal. Para isso, Chinaglia trabalhou junto à reitoria em São Paulo e ao Centro de Educação e Tecnologia e se reuniu com o ministro da Educação, Camilo Santana, com a participação da prefeitura de Ribeirão Preto. O Campus proporcionará ensino gratuito e de excelente qualidade para aproximadamente 1.400 alunos.

Chinaglia apresentou o PLP 234/23, que assegura ao cidadão a posse dos próprios dados digitais. "Muitos não sabem que, ao usar um aplicativo de celular, não só pagamos, mas as grandes empresas de tecnologia da informação e comunicação transacionam nossos dados, obtendo lucros estratosféricos, às custas de nossa privacidade. Este projeto, único no mundo, dá ao cidadão o direito de autorizar ou não o uso de seus dados. Assim, quem autorizar o uso, receberá uma compensação financeira. É a chamada monetização dos dados".

Bohn Gass: 2023 foi de reconstrução. Já é possível planejar um futuro melhor para o Brasil

Como vice-líder do governo Lula no Congresso Nacional, **Bohn Gass (PT-RS)** dedicou-se a duas grandes tarefas: auxiliar na reconstrução do Brasil destruído pelo bolsonarismo e fomentar a participação popular que resultou no mais ousado Plano Plurianual (PPA) da história, para o qual ele foi escolhido como relator.

"Aprovamos a PEC da Transição, garantimos que o Brasil não parasse. Botamos o país nos trilhos. Os indicadores da economia melhoraram. Agora, estamos planejando os próximos anos. Relatar o PPA é consolidar uma previsão de R$ 13 trilhões em investimentos. Nunca, antes, valores tão altos fizeram parte do planejamento público".

Como relator do PPA, Bohn Gass mantém indicadores propostos pelo governo: redução da extrema pobreza, do desemprego, da emissão de gases estufa, do desmatamento e, ainda redução da diferença de renda entre ricos e mais pobres, além da elevação do PIB per capita do País

.

Rio Grande do Sul - Bohn Gass não abre mão de se fazer presente nas comunidades gaúchas. Só este ano, esteve em mais de 200 cidades. "A pauta principal foi imposta pela crise climática. Primeiro, atendemos famílias e municípios atingidos pela estiagem, depois, atuamos frente às chuvas históricas que causaram mortes e devastaram cidades gaúchas. Foi um ano de tragédias, mas, também, de esperança, porque o Brasil que Lula está reconstruindo, nos dá esperança. O povo já está comendo melhor. O SUS está mais forte, portas da educação foram reabertas, o Minha Casa, Minha Vida voltou e nossa economia cresce. Dias melhores nos esperam."

Mato Grosso do Sul: desenvolvimento com inclusão social

No primeiro ano de mandato em Brasília, a deputada **Camila Jara (PT-MS)** frisa que "é com muita garra que estamos construindo pontes para que Mato Grosso do Sul se destaque na rota de desenvolvimento em que o Brasil caminha. Agora nosso País tem governo, colocamos a redução das desigualdades e o bem-estar das pessoas no centro das decisões e do orçamento".

Com a missão de legislar ao lado do povo, Camila Jara representa e defende projetos que têm impacto direto na vida da população, ao abordar temas como racismo estrutural, misoginia e violência contra as mulheres, direitos dos povos indígenas, desafios da juventude, meio ambiente, mobilidade urbana, dignidade e acesso à saúde da população LGBTQIAPN+, fake news, justiça tributária, e os direitos dos trabalhadores diante do avanço da inteligência artificial (IA), entre outros.

Recursos e pauta ambiental - Em menos de um ano de mandato, Camila Jara já articulou, junto aos ministérios do Governo Lula, R$ 25 milhões em recursos. Destinados para 21 municípios, além do governo do estado, o valor tem sido investido para atender as principais e mais urgentes demandas de MS, contemplando áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestruturas urbana e produtiva.

A atuação de Camila Jara sobre o tema é intensa: além de compor a Frente Ambientalista, criou a Frente Parlamentar do Pantanal para discutir políticas públicas e uma legislação específica para proteção do bioma e do povo pantaneiro.

Sua participação em eventos como a COP-28 coloca o MS e o Brasil no centro do debate sobre as mudanças que precisam ser feitas para garantir o presente e o futuro das próximas gerações.

Com Lula e PT, Zarattini trabalha para a reconstrução do Brasil

O deputado **Carlos Zarattini (PT-SP)** está em sua quinta legislatura consecutiva na Câmara dos Deputados e é um dos parlamentares que mais tem contribuído para a reconstrução do Brasil em parceria com a Bancada do PT e o presidente Lula. Com vasta experiência política, o parlamentar foi eleito um dos 100 deputados que comandam o processo de decisão pela pesquisa do Diap.

Como vice-líder do Governo Lula no Congresso Nacional atuou para aprovação das pautas que colocaram o País de novo no rumo do desenvolvimento e do combate à desigualdade. "Em 2023, fui autor de diversos projetos e auxiliei na articulação para aprovação de importantes leis que ajudaram a melhorar a vida do povo brasileiro como o retorno do Minha Casa, Minha Vida, do Farmácia Popular e do Bolsa Família".

Outra marca do seu mandato é a luta contra a corrupção e em defesa da democracia. Ele está trabalhando, por exemplo, para votar no Congresso a proposta de emenda à Constituição para impedir a participação de militares da ativa na política.

Apoiador da cultura nacional, Zarattini arti-

culou a aprovação do decreto sobre a valorização da cultura Hip Hop. Além disso, criou a Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais da Dança.

O deputado também contribuiu com a aprovação do projeto que atualiza a Lei de Cotas por dez anos. "Combater a desigualdade é uma marca do meu mandato", frisou.

Articulações - O financiamento de veículos para taxistas, via Fundo de Amparo ao Trabalhador ,também é uma luta de Zarattini. Ele esteve com o vice-presidente da República, os presidentes do Banco do Brasil e do BNDES e no Ministério do Trabalho para buscar apoio para o retorno de financiamento de veículos para taxistas.

Carlos Veras: atuação em defesa dos trabalhadores

Natural de Tabira, no sertão de Pernambuco, **Carlos Veras (PE)** é vice-líder do PT na Câmara e coordenador da bancada do estado no Congresso Nacional. Ele se destaca como uma voz comprometida com a defesa de condições dignas de vida e trabalho para as trabalhadoras e trabalhadores tanto do campo quanto da cidade. O parlamentar é autor da emenda, ao PL 1768/2023, que beneficia especialmente agricultoras e agricultores familiares da região Nordeste, proporcionando abatimento que pode chegar a 95% em renegociações de dívidas do crédito rural.

Carlos Veras é presidente da Frente Parla-

mentar da Economia Solidária no Congresso Nacional, também foi relator do PL 6606/2019, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária. "Incentivar a economia solidária é promover a autogestão, a cooperação, a solidariedade, é contribuir com o desenvolvimento local e nacional, de maneira sustentável, preservando o meio ambiente e valorizando o trabalhador", afirmou.

Agentes da vigilância sanitária - O parlamentar foi o relator do PL 1126/2021, aprovado por unanimidade na Comissão do Trabalho, que cria o piso salarial dos agentes da vigilância sanitária e o merecido reconhecimento aos agentes de saúde indígena, fazendo justiça a essas categorias essenciais para cuidado com a saúde dos nossos povos originários e de toda a população brasileira.

A atuação de Carlos Veras vem ganhando destaque e reconhecimento. O deputado foi eleito, por meio de votação popular, no Prêmio Congresso em Foco, entre os cinco melhores deputados do Nordeste.

Carol Dartora: construindo hoje um novo amanhã

Em 2023 a deputada **Carol Dartora (PT-PR)** realizou feitos significativos. Dentro das frentes parlamentares atuou em diversas pautas, assumindo posições importantes: na Frente em Defesa da Educação, se tornou coordenadora de Financiamento e Estrutura; assumiu a vice-coordenação da Frente Mista Antirracista; e, junto à Frente Mista Ambientalista, criou o GT sobre Racismo Ambiental.

Dartora propôs diversos projetos de lei que abraçam todas as suas pautas. Podem-se destacar o PL 2540/2023, que institui uma Política Nacional de Proteção a parlamentares ameaçadas; PL 1464/2023, que trata da destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para enfretamento ao racismo e incentivo à implementação de delegacias especializadas para ao atendimento de crimes de racismo; e o PL 4887/2023, que cria o protocolo de Acolhimento e Atendimento às vítimas de discriminação racial e condutas análogas no ambiente escolar. E ainda o PL 2658/2023, que institui o Dia Nacional de Combate ao Racismo Ambiental e Climático.

Carol participou de missões oficiais dentro e fora do País. Em Nova York, foi à ONU Mulheres falar sobre empresas, direitos humanos. Com o presidente Lula, foi a Angola para o relançamento da política externa Brasil/África. Na capital, Luanda, esteve na 147ª Assembleia da União Interparlamentar, onde assumiu a coordenação de Segurança e Paz. Participou ainda do Encontro Internacional de Mulheres Afrodescendentes, em Bogotá.

Na Argentina, participou da 1ª Assembléia Nacional de Mulheres e LBTQI+ Afrodescendentes. Em comissões e plenários, a deputada reafirmou sua defesa, luta e compromisso na construção de uma sociedade plural, igualitária e equânime.

Aprofundar a Lei de Cotas é aperfeiçoar a democracia

Na última década, a Lei de Cotas foi reponsável por alterar profundamente a cara da universidade brasileira. As cotas não só ampliaram a presença de negros e negras, estudantes de baixa renda, indígenas e pessoas com deficiência no ensino superior público, como o rendimento acadêmico dos cotistas se provou equivalente ao dos demais estudantes. Para a deputada **Dandara (PT-MG)**, as diferenças socioeconômicas que separam cotistas dos demais estudantes permaneceram e um dos caminhos para superar este limite era justamente garantir prioridade aos cotistas nas políticas de assistência estudantil.

"Conquistamos essa e outras medidas com a Nova Lei de Cotas. A partir dos próximos processos seletivos teremos o ingresso de mais estudantes de baixa renda com a redução da renda familiar per capita para 1 salário mínimo", disse. Segundo ela, "serão 9 mil a mais de nós na universidade com a criação de um modelo único de ingresso, através da ampla concorrência, e teremos, pela primeira vez, cotas para estudantes quilombolas e para estudantes da pós-graduação garantidas por lei".

Movimento negro - Foram meses de muita articulação e luta coletiva. "O movimento negro brasileiro me deu régua e compasso para travar essa batalha, que foi coroada com a sanção pelo presidente Lula usando a caneta de Xangô, o orixá da justiça e da equidade. Agora, a universidade pública e os institutos federais vão ficar mais diversos e plurais. Terá mais gente preta, parda, indígena, com deficiência, pobre, periférica e quilombola. Um avanço no combate à desigualdade social, ao racismo e ao capacitismo", comemora Dandara. A deputada lembra, com emoção, que foi a primeira da família a ter um diploma na mão, e não será a última. "Seguirei lutando para que a educação não seja privilégio de poucos, e sim um direito do povo", afirma.

Mandato com foco no povo: ouvir, trabalhar e comemorar resultados

No primeiro ano de mandato, a deputada **Denise Pessôa (PT-RS)** surpreendeu com 27 projetos de lei protocolados, três audiências públicas presididas e diversas articulações realizadas nos ministérios. Isso impactou diretamente a vida da população. Foi após uma audiência solicitada por Denise no Ministério da Saúde que a ministra Nísia Silveira autorizou o repasse de R$ 53,3 milhões para a abertura de leitos no Hospital Geral de Caxias do Sul, no interior gaúcho. Com isso, se aliviou a dor de dezenas de famílias dos 49 municípios da região atendidos pelo hospital.

Durante o ano, Denise criou a campanha "Manual de Sobrevivência Lei Maria da Penha". A cartilha de bolso traz orientações para as mulheres vítimas de violência e foi entregue para centenas de mulheres em vários municípios gaúchos. Já o PL 2439/2023, de sua autoria, inscreve devedores de pensão alimentícia no E-social, o que facilita os descontos pelos empregadores direto na folha de pagamento. Denise presidiu audiência pública, na qual denunciou a desigualdade tributária de gênero, contribuindo com a aprovação da redução de

até 60% nos impostos sobre produtos de cuidado e higiene menstrual e alíquota zero na cesta básica.

Combate ao racismo - Na luta contra o racismo, Denise homenageou Lélia de Almeida Gonzalez, sugerindo a inscrição do nome da autora no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. A parlamentar também propôs o atendimento psicossocial imediato às vítimas de racismo e ações educativas aos agressores no PL 749/2023. A deputada demonstrou comprometimento em diversas frentes de trabalho, destacando-se como agente de mudanças significativas em seu primeiro ano legislativo, especialmente à população da Serra Gaúcha.

Dilvanda Faro trabalha no Parlamento com atenção especial ao povo ribeirinho e às mulheres

"Participar das mais diversas frentes de trabalho mostra nosso empenho para realizar o melhor trabalho possível, pois fui eleita com mais de 150 mil votos de pessoas que confiaram seu futuro nas nossas ações", afirma **Dilvanda Faro (PT-PA)**, primeira deputada ribeirinha a ocupar uma cadeira na Câmara Federal. Assim, de forma sucinta, ela analisa os seus primeiros meses de mandato. Ela é secretária-geral da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural Sustentável e vice-presidente da Frente Parlamentar para o Fortalecimento da COP-30 no Brasil.

A deputada também tem proposto e apoiado requerimentos com a finalidade dar visibilidade aos segmentos e movimentos sociais em que ela tem ligações históricas. "Estamos trabalhamos em diversas demandas, sempre pensando no bem maior da população. Fazer parte da Comissão dos Povos Originários nos ajudou muito a crescer junto a esta parcela da população brasileira", destaca.

Durante a COP28, realizada em Dubai, a deputada representou o Parlamento em reuniões e debates, juntamente com a ministra dos Povos Originários. Dilvanda, que é vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, também participou de painéis que discutiram proposições visando atender demandas das mulheres.

A deputada é autora de importantes projetos de lei em prol das mulheres. Entre eles, o PL 4226/2023, que modifica a Lei Maria da Penha para prever a condenação do agressor ao pagamento de indenização pelo dano moral e patrimonial causado à vítima; e o PL 5295/2023, que prevê o sigilo dos dados e informações da mulher vítima de violência familiar ou doméstica nos diversos cadastros mantidos pelo poder público.

Dimas Gadelha: atuação na defesa da educação, saúde, cultura e segurança pública

Neste primeiro ano de mandato, a experiência como parlamentar garantiu ao deputado **Dimas Gadelha (PT-RJ)** atuação em defesa de sua cidade, São Gonçalo, e da região metropolitana do Rio de Janeiro. Através das emendas participativas o deputado destinará R$ 13 milhões, de forma democrática e participativa, para projetos nas áreas de saúde, educação, esportes e cultura.

A iniciativa visa apoiar ações sociais, instituições do terceiro setor e sem fins lucrativos, na promoção de projetos voltados para a cidade de São Gonçalo, que possui aproximadamente 1 milhão de habitantes. Ao todo, Dimas destinará mais de R$ 40 milhões em emendas, incluindo as de bancada , para as áreas de saúde, educação, cultura, esporte e segurança pública.

Fundo de Solidariedade - Outra iniciativa do parlamentar está na proposta do projeto de lei dos Royalties Solidários ao lado do companheiro de partido deputado **Washington Quaquá (RJ).** Eles se uniram para planejar a criação do Fundo de Solidariedade às cidades vizinhas das produtoras de petróleo.

O projeto tem como objetivo permitir a redistribuição dos royalties, reduzindo as desigualdades e promovendo o desenvolvimento regional equilibrado. Entre outras atuações e iniciativas na Câmara, Dimas Gadelha está propondo a criação da Frente Parlamentar de Incentivo às Políticas Públicas de Combate às Barricadas e também a Frente Parlamentar em Defesa da Mãe Pâncreas, para discutir e apoiar as mães e responsáveis por crianças e adolescentes em condição diabética.

Dr. Francisco, na luta para gerar oportunidades às pessoas

Novo na Câmara, único deputado negro da bancada piauiense e primeiro colocado do estado no prêmio Congresso em Foco - votação popular - **Dr. Francisco (PT-PI)** se destaca pelo perfil mediador, habilidade de articulação e na luta para gerar oportunidades para todas as pessoas.

Mais chances e conquistas - Autor da Lei que ampliou as cotas sociais no ensino superior do Piauí, e do parecer que rejeitou projeto de restrição a cotistas na Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o deputado comemora a nova Lei de Cotas Federal como portas que se abrem para estudantes de escolas públicas, pobres, pretos, quilombolas, indígenas, com deficiência. Para ele, também a criação da Bancada Negra, com assento no Colégio de Líderes, é "importante passo para fortalecer a pauta antirracista e construir uma sociedade mais inclusiva, diversa e com mais chances para o povo brasileiro".

Já entraram em vigor no Bolsa Família as medidas inseridas por Dr. Francisco como relator da matéria, como a inclusão de lactantes e a permanência de famílias de pescadores artesanais no programa durante o seguro-defeso, que começa a valer em 2024.

O parlamentar ainda conseguiu liberar com o Governo Lula, três Centros Especializados em Reabilitação, R$ 28 milhões a mais para o Hospital Universitário para reduzir filas de espera do SUS, recursos para custeio da assistência social e da saúde nos municípios. Dr. Francisco defendeu a lei que destinou R$ 27 bilhões da União a estados e prefeituras para compensar perdas na arrecadação.

Welter destaca trabalho pela melhoria da qualidade de vida dos brasileiros

Um ano de muito trabalho na Câmara dos Deputados, com vitórias e conquistas para os trabalhadores do campo e da cidade. O deputado federal **Elton Welter (PT-PR)** apresentou 115 propostas legislativas de relevância para "melhorar a qualidade de vida de nossa gente na base".

Entre os projetos de lei apresentados, destaque para os PLs 2122/2023 que assegura refeição escolar nos Institutos Federais (Programa Nacional de Alimentação Escolar); o PL 2899/2023 que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública; o PL 5213/2023 que concede auxílio financeiro emergencial aos produtores de leite enquadrados na Lei 11.326/2006, prorroga os pagamentos de parcela de crédito rural; e o PL 2887/2023 que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar ações de enfrentamento à violência doméstica.

Welter também participou de 189 votações nominais, sempre em defesa dos interesses da população e da democracia, fortalecendo o Governo Lula. Foram mais de 54 discursos em plenário da Câmara e 80 reuniões em comissões. O deputado, em primeiro mandato, é vice-presidente da Subcomissão Especial de Hidrogênio Verde e Concessões.

Frentes parlamentares - O parlamentar participa de 59 frentes parlamentares, entre as quais destaca-se a de defesa e apoio ao Produtor de Leite; do Serviço Público; da Arte e Cultura Periférica; da Ciência e Tecnologia; da Criança e dos Adolescentes; da Defesa das Cooperativas e Pequenos Laticínios do Brasil com Leite Nacional e da Pecuária Leiteira Brasileira; dos Técnicos Agrícolas; dos Trabalhadores por Aplicativo; Frente do Sistema Único de Assistência Social; da Defesa do Ensino Técnico e Profissionalizante; e da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. "Sigamos firmes, com união e reconstrução do Brasil".

Erika Kokay: sempre na luta por direitos da população brasileira e em defesa da democracia

A deputada **Erika Kokay (PT-DF)** atuou intensamente neste ano em defesa da democracia e de propostas para ajudar o Governo Lula na reconstrução do País. "Começamos 2023 defendendo o Brasil de uma tentativa de golpe. Náufragos, agarrados a destroços de um palanque eleitoral derrotado, atacaram o Palácio do Planalto, o STF e a nossa Câmara, reconstruída rapidamente pelos trabalhadores e trabalhadoras, que foram homenageados por nós em uma sessão solene", relembrou.

Erika destacou que, com Lula, o salário mínimo voltou a ter ganho real e a inflação e o desemprego caíram. "Aprovamos a Reforma Tributária e incluímos o mais pobre no orçamento e o super-rico no imposto de renda, além da aprovação da igualdade salarial entre homens e mulheres. Defendemos o Fundo Constitucional do DF e conseguimos mantê-lo fora do novo arcabouço fiscal".

Em contraponto, ela citou que o bolsonarismo tentou, todos os dias, fazer da política um exercício de ódio. "Tentou, inclusive, cassar os mandatos de seis parlamentares mulheres, duas delas petistas - eu e a deputada **Juliana Cardoso (SP)** - por nos posicionarmos de maneira firme contra o Marco Temporal, que retira direitos dos povos indígenas".

O enfrentamento ao HIV/Aids para mulheres em situação de vulnerabilidade, a criminalização do uso da inteligência artificial para forjar nudez e o estabelecimento de medidas de proteção à saúde do público em shows e eventos foram alguns temas de projetos apresentamos ao Parlamento pela deputada. Além disso, foi aprovada a regulamentação do tratamento de fibromialgia pelo SUS (PL 3525/2019), de sua autoria.

Mineiro, uma ponte entre o RN e Brasília

Eleito para ser "uma ponte entre o Rio grande do Norte e Brasília", o deputado **Fernando Mineiro (PT-RN)** afirma que já no primeiro ano de mandato no Congresso "o trabalho começou a dar resultados práticos". Exemplo disso são as articulações junto ao governo federal para liberar recursos aos municípios e estados. Uma das prioridades do deputado foi visitar os municípios potiguares para ouvir demandas e ajudar a solucionar problemas dos territórios.

Desde o início do mandato, visitou mais de 50 municípios em todas as regiões do estado; acompanhou lançamentos de ações, obras e programas do governo federal no RN; e ajudou ainda no trabalho de reconstrução do Brasil liderado pelo presidente Lula, como a participação na comissão que debateu a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida.

Projetos - Mineiro apresentou mais de 100 propostas legislativas e também se destacou pelo trabalho nas comissões permanentes de Educação e Meio Ambiente, na especial de Transição Energética e Hidrogênio Verde – ocupando a vice-presidência –, entre outras comissões temporárias no Congresso.

O mandato promoveu ainda 11 audiências públicas sobre temas de interesse da sociedade, como a preservação da Caatinga, combate à desertificação, as obras inacabadas da educação no RN e os impactos da Reforma Tributária.

"Vamos seguir trabalhando junto aos governos do presidente Lula e da governadora Fátima para avançar no Rio Grande do Norte e reconstruir o Brasil", comentou o deputado.

Flávio Nogueira: mandato em defesa do Governo Lula e dos avanços sociais

O deputado **Flávio Nogueira (PT-PI)** destacou-se, em 2023, como vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e como titular de outras duas comissões, a de Constituição e Justiça, e a do Idoso. Também teve forte presença na Tribuna da Câmara, apoiando o governo Lula e debatendo temas relevantes para o País.

"Usei minha voz para defender os avanços sociais, os direitos humanos, a igualdade de gênero e as nossas instituições democráticas, que, nos últimos anos, estão sob ameaça", observa o deputado.

Flávio Nogueira fecha 2023 com a aprovação de três importantes projetos de lei de sua autoria. "Um deles prevê a criação do Inventário Nacional de Substâncias Químicas, estabelecendo maior controle dos produtos que oferecem risco ao meio ambiente e à saúde pública", explica.

Outro projeto classifica o estágio curricular como experiência profissional. Também é do deputado Flávio Nogueira a proposta que declara as obras do poeta e compositor Torquato Neto como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Sessões solenes - Flávio Nogueira ainda requereu e presidiu duas sessões solenes em 2023. A primeira, em abril, para comemorar os 200 anos da Batalha do Jenipapo. "Esse conflito, ocorrido no Piauí e pouco conhecido pelos brasileiros, foi um marco na consolidação da nossa Independência", destaca o deputado, que é coordenador da Bancada Federal Piauiense.

A outra sessão, em dezembro, celebrou os 200 anos do Ministério das Relações Exteriores, órgão que teve papel vital na construção do Brasil.

Florentino Neto garante conquistas no primeiro ano de mandato

O deputado **Florentino Neto (PT-PI)** se destacou neste primeiro ano na Câmara por uma atuação incisiva e conquistas significativas no cenário político. Entre seus feitos, está a aprovação do projeto de lei que agiliza a tramitação de processos para pessoas com deficiência, um marco na busca por inclusão. Ele também é vice-presidente da Comissão de Combate ao Câncer e preside a subcomissão especial da Reforma Tributária.

O deputado se empolga quando o assunto é o desenvolvimento econômico do Brasil, evidenciado pelo lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Zonas de Processamento de Exportação, visando impulsionar o desenvolvimento econômico em áreas estratégicas.

Políticas sociais - Florentino garantiu a aprovação de emenda parlamentar destinando cotas para pessoas com deficiência no programa Mais Médicos e assegurou a prioridade para mulheres vítimas de violência, famílias com filhos autistas e portadores de doenças crônicas e degenerativas no

programa Minha Casa, Minha Vida.

A atuação do deputado vai além do legislativo, refletindo-se em ações concretas para fortalecer a infraestrutura de saúde. Destaque para a destinação de R$ 1,5 milhão para leitos de UTI no Hospital Universitário, "Um investimento vital para enfrentar desafios emergentes na área", justificou. Trabalhou ainda pela instalação de um Posto Avançado da Justiça Federal em Piripiri e pela instalação do Hospital Universitário de Parnaíba.

Assim, o primeiro ano de mandato do deputado se caracteriza não apenas por conquistas legislativas, mas pela efetiva contribuição para melhorias concretas na vida dos cidadãos.

Gleisi: luta pela construção de uma sociedade mais justa e equitativa

A defesa do MST, dos direitos das mulhres e do Governo Lula e a forte atuação contra os juros altos do Banco Central marcaram a atuação da deputada **Gleisi Hoffmann (PR)** em 2023. O enfrentamento ao bolsonarismo também foi destaque da **Presidenta Nacional do PT**, que usou a tribuna para expor o retrocesso que a extrema direita representa.

No CPI do MST, Gleisi teve uma postura firme, ajudando a desconstruir as mentiras e a discriminação contra o movimento. "O tiro saiu pela culatra. A CPI mostrou a importância da luta pela reforma agrária, uma luta honrada, que nos dá orgulho. Foi uma grande vitória".

Luta contra os juros abusivos - Gleisi também esteve à frente da campanha nacional contra os juros abusivos, cobrando da presidência do BC a queda da Selic para destravar investimentos e contribuir para o projeto do governo Lula de gerar emprego, renda e levar o País para o caminho do desenvolvimento sustentável com justiça social. "A maior taxa de juros do planeta continua sendo o principal problema da economia brasileira. É uma das piores heranças de Bolsonaro para o País".

O avanço do seu projeto de lei para instituir a Patrulha Maria da Penha em todo o País também foi essencial para construir uma política de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica.

Sobre a proteção dos animais, a deputada segue na luta para criação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais (Sinapra), tendo em vista que não há uma lei geral que conceitue "bem-estar dos animais" ou que defina "maus-tratos" no arcabouço jurídico nacional. "Seguimos na luta para construir uma sociedade mais compassiva, justa, inclusiva e sustentável".

Parlamentar capixaba promove diálogo com a população

Política se faz junto com o povo", defende o deputado **Helder Salomão (PT-ES)** ao falar do projeto Diálogos pelo Espírito Santo, movimento político realizado no estado com encontros entre os parlamentares do PT, lideranças e movimentos sociais. O projeto nasceu da necessidade de aprofundar o debate sobre os desafios do Brasil e do Espírito Santo. "As redes sociais são importantes para estreitar as relações dos mandatos com a população, mas nada substitui o diálogo olho no olho", disse Salomão.

As caravanas começaram em 2023 e as reuniões têm atraído cada vez mais gente para debater as ações dos mandatos petistas no Senado, na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa, além das ações dos governos federal e estadual.

"A eleição do presidente Lula representou a interrupção de um projeto autoritário, neofascista e excludente, e a volta da credibilidade internacional, das políticas públicas para aqueles que mais precisam, como o Bolsa Família, por exemplo. Precisamos dialogar com o povo sobre essas medidas", disse Helder.

Micro e pequenas empresas - O mandato do deputado Helder Salomão atua em várias

frentes, dentre elas as ações para apoiar as micro e pequenas empresas. "Os pequenos empreendedores representam o segmento que mais emprega no País, representam 99% das empresas ativas, movimentam 30% do PIB brasileiro e são responsáveis por aquecer o mercado interno e fomentar o desenvolvimento local", observou Salomão que é presidente da Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas do Congresso.

Helder Salomão disse estar feliz com as conquistas do governo Lula, mas sabe que o trabalho está só começando, pois "embora tenhamos muitos resultados positivos, ainda há muito a ser feito, muito a ser refeito. Estamos confiantes e esperançosos trabalhando pela união e reconstrução do nosso País".

Com Lula, Ivoneide Caetano aposta na neoindustrialização do País para gerar emprego

A deputada federal **Ivoneide Caetano (PT-BA)**, que está em seu primeiro mandato, tem atuado para contribuir no fortalecimento das indústrias no País. Vinda de Camaçari, cidade do primeiro pólo petroquímico planejado do Brasil e da nova sede da BYD, a parlamentar tem defendido o setor industrial como importantíssimo para a geração de empregos.

Em uma das suas 78 proposições legislativas, a deputada apresenta um PL que cria o selo "Indústria Amiga da Justiça Social", a ser concedido

às indústrias, de qualquer tipo e porte, que se destaquem na implementação de medidas de empregabilidade, de redução das desigualdades e respeito aos direitos dos trabalhadores da indústria.

Coordenadora regional do Nordeste da Frente Parlamentar da Química na Câmara, Ivoneide apresentou também o projeto lei (PL 4998/2023), que pede o reconhecimento do município de Camaçari como a Capital Nacional da Indústria Petroquímica, que visa colaborar para consolidar a atratividade de investimentos no município e em todo estado da Bahia.

A parlamentar defendeu também o direito à moradia (PL 3633/2023), que pede a suspensão da cobrança de parcelas do Programa Minha Casa, Minha Vida em caso de desemprego do beneficiário e para criar banco de dados dos beneficiários do programa que estejam desempregados para terem preferência em contratações em empresas terceirizadas com contratos com a administração pública.

João Daniel reafirma sua luta por um Brasil mais justo e igualitário

O deputado **João Daniel (PT-SE)** está em seu terceiro mandato na Câmara, sempre trabalhando na defesa incansável dos trabalhadores, promovendo a justiça social e lutando pelos setores mais vulneráveis. O início do ano legislativo foi marcado pela defesa da democracia e repúdio às tentativas de golpe. Prestou queixa-crime contra Bolsonaro em favor dos Yanomamis; participou da CPI do MST em defesa dos campesinos e denunciou o relator da CPI; é defensor de cidades inclusivas por meio da moradia popular e do saneamento público. Junto aos movimentos populares e sindicais trabalha pela defesa de empresas estatais e luta pelo fortalecimento da Deso em Sergipe.

Meio ambiente e Direitos Humanos - A defesa da pauta do meio ambiente e dos direitos humanos ganhou destaque, através do presidente Lula, ao sancionar a Lei 14.619/23, de autoria de João Daniel, que inclui a Caminhada da Água como evento ambiental comemorativo do Dia Mundial da Água. Lula também revogou o programa bolsonarista "Abrace Marajó", denunciado pelo deputado em 2022. Atualmente é coordenador do **Núcleo Agrário do PT na Câmara**; participou de missão oficial na China; atua em defesa da alimentação saudável, da reforma agrária e combate à violência no campo; e luta por oportunidades e desenvolvimento para o Alto Sertão Sergipano, como a economia voltada à bacia leiteira.

A participação popular também ganhou destaque em seu mandato. O deputado realizou audiências públicas como a do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e outra para debater o conflito Israel-Palestina.

Equidade de gênero e raça: esperançar o futuro, avançar agora

A deputada **Jack Rocha (PT)**, primeira mulher negra eleita pelo Espírito Santo, foi a relatora da Lei 14.611/2023 que tornou obrigatória a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens em exercício de mesma função e punirá com multa a discriminação salarial por sexo, raça, idade ou origem. A lei foi sancionada pelo presidente Lula em julho como a Lei 14.611/2023 e regulamentada pelo decreto11.795/2023.

Em função de seu trabalho como relatora, Jack Rocha integrou a comitiva presidencial em suas missões oficiais para participar da Cúpula Celac-União Europeia, em Bruxelas - Bélgica, para Luanda - Angola, que reconstruiu as relações entre Brasil e África e para a Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque - EUA. "A Lei da Igualdade Salarial tornou-se referência mundial", afirma Jack Rocha.

Mulheres no Poder - A parlamentar também articulou agendas estratégicas pró-equidade de gênero em parceria com a Plataforma Cipó, que resultou no encontro Mulheres no Poder, ocorrido em novembro, no Palácio do Planalto, com as presenças da ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, ex-presidenta da Costa Rica, Laura Chinchila, ex-primeira ministra do Senegal, Aminata Touré, primeira-dama Janja Lula, ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e da coordenadora da Bancada Feminina da Câmara, deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)**.

Obstinada com a superação de todas as desigualdades, Jack é autora do PL 5282/2023, um dos projetos apensados pela relatora, **Reginete Bispo (PT-RS)** ao projeto aprovado que instituiu o 20 de novembro, como feriado nacional da Consciência Negra. "O futuro está sendo construído com os avanços conquistados agora".

Mandato de Solla trabalha para destravar investimentos em rodovias federais na BA

Quatro audiências públicas, reuniões no gabinete, além de agendas em órgãos de trânsito e transporte, em Brasília, estiveram entre os destaques do deputado **Jorge Solla (PT-BA)** ao longo de 2023 para destravar investimentos em rodovias federais na Bahia. A principal luta do parlamentar baiano é para que a ViaBahia, concessionária que administra duas rodovias federais e duas estaduais, faça a duplicação da BR-116, em Vitória da Conquista, e requalifique a BR-324, de Salvador a Feira de Santana.

"Desde abril, fizemos uma série de movimentações para tirar os projetos do papel, com uma primeira audiência pública na Câmara, que resultou na criação de um Grupo de Trabalho para o governo federal retomar as negociações com a empresa", frisou Solla.

Contratos de concessão - Com as tratativas com o governo federal já concluídas, o Ministério dos Transportes enviou os projetos da ViaBahia para o Tribunal de Contas da União, que informou que concluirá o processo de admissibilidade em até 120 dias. "Não somos contra as parcerias público-

privadas, mas não podemos simplesmente entregar tudo nas mãos do ente privado. Nos últimos anos, o Estado brasileiro deixou de fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão e tem gente morrendo nas rodovias", apontou Solla.

Na audiência realizada por Solla para obter informações sobre a duplicação da BR-101, de Feira de Santana até a divisa com o Espírito Santo, foi revelado que a gestão Bolsonaro não deixou verbas para projetos nem previsão para a obra.

Já a intervenção no sentido norte foi iniciada em 2014, ainda na gestão Dilma Rousseff, atravessou as gestões de Temer e Bolsonaro sem que tivesse andamento e, hoje, encontra-se totalmente parada, a partir de Feira de Santana.

José Airton: trabalho por um Brasil mais desenvolvido

O deputado **José Airton (PT-CE)** atuou incansavelmente em 2023, marcando um ano dedicado às demandas da população e ao avanço do desenvolvimento nacional. Em audiências com ministros, reafirmou seu compromisso em levar as demandas da população, buscando soluções concretas para os desafios enfrentados pelo Brasil, principalmente pelo povo cearense. Apresentou projetos cruciais, como o PL 1609/23, beneficiando pessoas com deficiência na aquisição de veículos utilitários.

Destaca-se também a aprovação da MP 1164/23, recriando o Bolsa Família, com ênfase na inclusão das mulheres dos pescadores durante o defeso. Participou da Feira Internacional de Turismo em Cuba, promovendo o Brasil. Recebeu reconhecimento da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura, reforçando seu compromisso com os pescadores e marisqueiras.

Destaques - Desde o início do ano, o deputado participou de audiências cruciais com ministros, destacando-se a reunião com o ministro da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. O objetivo era discutir a reestruturação e fortalecimento do DNOCS e a recuperação dos perímetros irrigados do Ceará.

Outras ações incluíram encontros com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar da pauta do governo na Câmara, e com o ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula, buscando fortalecer a atuação parlamentar em defesa dos pescadores e marisqueiras.

"Em retrospectiva, 2023 foi um ano de dedicação intensa por um Brasil mais justo. Minhas palavras expressam gratidão pela confiança depositada, ressaltando a perseverança e o trabalho incansável como chaves para um futuro promissor", comentou José Airton.

Joseildo: atuação destacada em defesa do saneamento público e da agricultura familiar

Na luta pela qualidade de vida dos brasileiros,o início do segundo mandato do deputado **Joseildo Ramos (PT-BA)** foi novamente marcado por sua defesa histórica do serviço de saneamento público e universal. No ano em que o presidente Lula trabalhou para tentar corrigir falhas nas regras do Novo Marco Regulatório, aprovado pelo governo anterior, o deputado lançou a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público, uma trincheira em favor da justiça social promovida através do direito ao acesso à água potável para todos e todas.

Eleito presidente do colegiado, Joseildo afirma que somente as empresas públicas de saneamento têm o compromisso de atender todas as famílias com tarifas compatíveis e que as estatísticas demonstram que elas são fundamentais para o País cumprir a meta de universalizar os serviços de saneamento até 2033.

Foi lutando por aqueles que mais precisam que, enquanto relator do projeto de lei Padre Júlio Lancellotti, Joseildo trabalhou pela sua promulgação no Congresso Nacional, mesmo após o veto do ex-presidente. Hoje, a lei que proíbe o uso de técni-

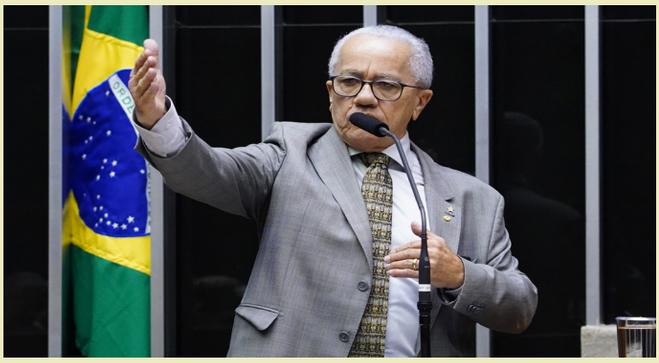
cas de arquitetura hostis em espaços públicos, com o propósito de impedir a circulação de pessoas em situação de rua, já está em vigor.

Agricultura Familiar - Outra iniciativa do mandato, desta vez em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar , a academia e entidades do setor, é a criação de um sistema unificado de assistência técnica e extensão rural. Na Câmara, Joseildo capitaneia a criação dessa política nacional que deve garantir um financiamento constitucionalizado para a agricultura familiar, responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos consumidos no País.

Josias Gomes: mandato dedicado ao povo e à construção de um novo Brasil

O deputado **Josias Gomes (PT-BA)** está em seu 5º mandato parlamentar. Nessa legislatura, assumiu a vice-liderança da Bancada do PT na Câmara. Ele tem experiência no Parlamento, sendo peça-chave para a aprovação de leis e projetos que beneficiam o povo, os municípios baianos e, junto aos demais parlamentares, deu sustentação às matérias do governo Lula no Congresso.

O mandato de Josias Gomes tem penetração nos 27 territórios de identidade da Bahia. Reconhecido como "o líder histórico do povo", desenvolve um trabalho que envolve a destinação de emendas



para agricultura, saúde, educação, infraestrutura, entre outras áreas. Recebe prefeitos(as), lideranças de movimentos sociais, entidades de classe, representantes da sociedade civil e promove o intercâmbio de ações junto aos ministérios do governo Lula.

Vale destacar a constante atuação do deputado no fortalecimento do PT e dos governos Lula/Jerônimo na Bahia. Josias tem compromisso com a organização da classe trabalhadora, formação de quadros e apoio irrestrito a prefeitos(as), vereadores(as) e demais lideranças que dão sustentação ao seu mandato e aos governos petistas. O ano de 2023 foi de conquistas para o mandato e tudo o que ele representa à classe trabalhadora.

Força motriz - Josias acredita na política como força motriz para as inevitáveis transformações humanas e sociais: "Companheiros e companheiras, a verdade é que a nossa geração faz história e tem a oportunidade de mostrar ao mundo que a luta vale a pena. A política ainda é a principal aliada da humanidade na construção de uma sociedade mais justa e fraterna".

Juliana Cardoso: um mandato com atuação em várias áreas temáticas

Em seu primeiro ano de legislatura a deputada **Juliana Cardoso (PT-SP)** se dedicou na defesa do mandato, à apresentação de relevantes projetos de lei e em debates no plenário, respaldando o projeto de reconstrução do Brasil pelo governo Lula.

Ameaçada de cassação por representações do Partido Progressista (PP) e do Partido Liberal (PL), a deputada teve postura firme na defesa dos direitos dos povos indígenas durante a votação do Marco Temporal. E isso incomodou os ruralistas.

"É fato que o Marco Temporal colocará em risco a sobrevivência dos povos originários. Além da defesa jurídica, contribuiu para arquivar os processos na Comissão de Ética a Campanha #Elasficam em defesa dos seis mandatos ameaçados", diz Juliana Cardoso.

Ancestralidade - Foram vários os projetos de lei apresentados como o PL 591/23 e PL 1161/23 para valorizar o parto humanizado, para gratuidade de fraldas geriátricas aos idosos e pessoas com deficiência (PL 3188/23), pela responsabilidade compartilhada na criação dos filhos (PL3012/23), para a gratuidade no transporte coletivo nos dias de eleições (PL 1281/23), para denúncias de maus-tratos a animais (PL 4091/23) e o PLC 44/23 para contagem do período da pandemia da Covid-19 aos benefícios de todos os servidores públicos. "O congelamento desse período foi mais uma enorme maldade do inelegível", comenta.

Única mulher da Bancada do PT de São Paulo - e de ancestralidade afro-indígena -, a deputada destaca a aprovação do PL 2975/23, de sua autoria, que insere na legislação a proteção da mulher indígena no enfrentamento da violência, na promoção da saúde e no acesso à educação. "É um passo significativo para o acesso igualitário aos direitos e às oportunidades que todas as mulheres merecem".

Kiko Celeguim: a cara nova do PT em Brasília

Garantir investimentos, fortalecer os municípios e contribuir com a construção de políticas públicas para todo o estado de São Paulo, eis o resumo do primeiro ano do deputado **Kiko Celeguim (PT-SP)** em Brasília, que foi de muita dedicação em defesa do povo paulista no Congresso Nacional.

Com participação social e transparência, Kiko organizou seu mandato como um instrumento popular de luta política para todo o estado. Propôs a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Integração do Transporte Público e promoveu, como membro titular da Comissão de Viação e Transportes, audiência pública para discutir a construção do túnel Santos-Guarujá, obra importantíssima para o País e moradores da região.

Tarifa Zero - Kiko Celeguim foi designado, por meio da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, relator da PEC 25/2023, que propõe a Tarifa Zero no transporte público. O parlamentar ainda defendeu a Reforma Tributária, o Programa de Aquisição de Alimentos, a Lei de Cotas e a igualdade salarial para mulheres, além de apresentar mais de 120 requerimentos e proposições sobre saúde, educação, cultura, segurança pública, moradia popular e distribuição de renda.

Além do trabalho em Brasília, o deputado Kiko Celeguim foi eleito também presidente estadual do PT Paulista e percorreu todo o estado, visitando diretórios e dialogando com as lideranças, para fortalecer o partido na defesa da população de São Paulo.

Fazer a economia crescer para assegurar a democracia

O ano de 2023 marca o retorno do presidente Lula à Presidência da República e de **Lindbergh Farias** ao cenário nacional, tendo sido o deputado federal mais votado do PT-RJ nas eleições de 2022. Lindbergh tem se dedicado à defesa da democracia e aos temas econômicos: Taxa de Juros, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária.

O parlamentar iniciou o ano com a Campanha #JurosBaixosJá em oposição à gestão de Roberto Campos Neto à frente do Banco Central, com a maior taxa de juros do mundo. "A nossa ofensiva contra os juros altos mobilizou a sociedade, empresários e o próprio mercado financeiro. O efeito tem sido uma queda lenta e gradual de 0,5% a cada reunião do Copom realizada neste segundo semestre de 2023, o que é absolutamente insuficiente", diz o deputado.

Taxação dos super-ricos - Lindbergh Farias foi uma das principais vozes do Parlamento em favor da taxação dos super-ricos. Ao lado da presidenta nacional do PT, deputada **Gleisi Hoffmann**

(PR), encampou a campanha #RicosNoImposto e #PobresNoOrçamento.

Preocupado com os rumos da economia e com a popularidade do governo do presidente Lula, Lindbergh travou uma última batalha no final ano: a revisão da meta de déficit fiscal zero proposta no Arcabouço Fiscal. O parlamentar defende que o investimento público é fundamental para o crescimento da economia brasileira.

"O governo Lula tem que dar certo. O objetivo do governo deve ser o crescimento econômico, mudar pra valer a vida do povo brasileiro. O futuro da nossa democracia depende do sucesso do nosso governo", argumenta o parlamentar.

Leonardo Monteiro completa sexto mandato em defesa de Minas Gerais

Em seu sexto mandato, o deputado **Leonardo Monteiro (PT-MG)** apresenta resultados significativos no ano de 2023. Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios, atuou pela aprovação da lei que garante a preferência e exclusividade da contratação dos serviços da empresa pela administração pública federal. O parlamentar preside ainda outras três frentes parlamentares: de Agroecologia e Produção Orgânica; pela Educação no Campo; e a do Artesanato.

Nas comissões atuou na defesa de Governador Valadares, do Vale do Rio Doce e de toda Minas Gerais. Apresentou requerimentos e promoveu audiências públicas que contribuíram para o fortalecimento dos direitos trabalhistas.

"Celebro este primeiro ano do meu sexto mandato, com o retorno do presidente Lula ao Palácio do Planalto, com o clima de reconstrução do Brasil e a retomada das políticas públicas que transformaram a vida do povo. Me orgulha muito, fazer parte dessa história e deste momento único do nosso País. Meu mandato é um instrumento da chegada desse novo tempo", afirmou.

Governador Valadares - Sua articulação no Parlamento viabilizou R$ 140 milhões para concluir obras na Universidade Federal de Juiz de Fora e do campus de Governador Valadares. Também R$ 10 milhões para as unidades Vila Bretas e Santa Rita; e a retomada das obras do Aeroporto Regional de Governador Valadares, com investimentos de mais de R$ 40 milhões.

Outro destaque é a sua luta pela duplicação da BR-381 até Governador Valadares, uma obra importante para Minas Gerais, que fortalece o desenvolvimento regional de todo o Leste do estado.

Luiz Couto deixa sua marca na Câmara em 2023

O deputado **Luiz Couto (PT-PB)** se destacou na Câmara dos Deputados em 2023. Reconhecido por seu histórico de combate à corrupção, crime organizado e exploração sexual de crianças, Couto tem ampliado sua atuação e se destacado pela defesa incansável da saúde e do SUS, na luta pela interiorização e mais investimentos na educação; por melhoria das condições de trabalho de várias categorias; defesa da agricultura familiar; combate aos agrotóxicos; defesa das comunidades quilombolas e da atuação dos conselhos tutelares e das rádios comunitárias.

Destacou-se em frentes parlamentares, como a de Defesa do Sistema de Proteção Social e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias e nas comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. Apresentou emenda à medida provisória que garante o Abono Natalino para beneficiários do BPC e proposta para instituir o "Dia Nacional do Coco de Roda, da Ciranda e da Mazurca", valorizando a cultura nordestina.

Projetos - O PL nº 2.100/2019, de autoria do deputado, que incentiva hortas comunitárias e agricultura orgânica em áreas da União, foi aprovado na Câmara e aguarda deliberação no Senado.

Ofereceu parecer favorável para o projeto que invalida multas de trânsito não enviadas eletronicamente ao proprietário do veículo e a prisão para quem divulgar dados de crianças violentadas. Luiz Couto também apresentou emendas ao Plano Plurianual da União (PPA) para 2024-2027, destinando recursos para a expansão do Instituto Federal da Paraíba e para a integração das águas da Transposição no Rio Paraíba com outros rios, beneficiando a região do Cariri.

Balanço de 2023: Um pé na luta e outro no Parlamento

"2023 foi, sem dúvidas, um ano de muita união, reconstrução, solidariedade e esperança para o povo brasileiro", avaliou o deputado **Marcon (PT-RS)**. Desde a PEC da Transição, para recompor as políticas sociais e recolocar o povo brasileiro no orçamento, o mandato de Marcon atuou junto ao Governo Lula.

Em toda a sua trajetória, Marcon sempre lutou pela reforma agrária dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele foi membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que investigou o movimento e acabou derrotada, sem relatório. "Como deputado e integrante do MST, durante o embate político na CPI, mostramos para todos os brasileiros e brasileiras as atividades realizadas pelo movimento: a produção de alimentos, a solidariedade e a luta do povo pelo direito à terra". O deputado gaúcho ainda acrescentou que o movimento é reconhecido mundialmente "pela sua importância, seriedade e organização".

Tragédias no RS - Dificuldades para produzir e enchentes que devastaram cidades inteiras: essa foi a realidade deste ano para o povo gaúcho, que iniciou 2023 com estiagem e recentemente vem sendo atingido por fortes chuvas.

Frente a isso, o Governo Lula esteve presente desde o primeiro momento, prestando auxílio às famílias e dando suporte e estrutura para os municípios e governo do estado para socorrer a população atingida. "Os gaúchos e gaúchas se mostraram, nos momentos mais difíceis, um povo unido e solidário", apontou Marcon.

"Sem dúvidas, 2023 foi um ano de muita luta, mas também da retomada da esperança do nosso povo em um Brasil mais justo e solidário".

Merlong: a valorização real do salário mínimo tem o poder de diminuir a desigualdade

O ano de 2023 foi de reconstrução e retorno das políticas públicas do governo federal em favor da população, incluindo os trabalhadores e trabalhadoras, que dependem da renda do salário mínimo para manter as despesas domésticas e sua família. E, no primeiro ano de mandato, o Governo Lula enviou à Câmara dos Deputados a medida provisória (MP 1.172/23), estabelecendo o reajuste do salário mínimo para R$ 1.320. O relator da MP, deputado **Merlong Solano (PT-PI)**, foi o responsável pela inclusão de mais dois temas no texto: a política de valorização do salário mínimo e a ampliação da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda.

Aumento real - Com a volta da valorização permanente, o salário mínimo terá aumento real equivalente à variação positiva do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores, devendo chegar a R$ 1.461 em 2024.

Dentre os projetos de lei relatados em 2023, Merlong ressalta que a MP 1.172 foi um dos grandes destaques do Legislativo e do Executivo no ano. Afinal, a sua aprovação transforma a vida de milhões de brasileiros e ajuda na economia do País. "O aumento real do valor do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda, isentando deste imposto quem ganha até R$ 2.640, são medidas que beneficiam milhões de assalariados, pensionistas e contribuintes, que assim já estão tendo mais renda disponível para as necessidades de suas famílias. São medidas concretas, que ajudam a diminuir a enorme desigualdade social que ainda existe no Brasil", disse.

Miguel Ângelo: lado a lado com a luta do povo

Representar as causas populares na luta por uma sociedade que propicie vida digna a todas e todos é o princípio que move o deputado federal **Miguel Ângelo (PT-MG)**. Nessa perspectiva, ele investe no apoio aos municípios, na presença nas bases e na participação popular.

Miguel Ângelo atua na interlocução das demandas dos municípios junto ao poder público. Também investe na formação de lideranças e orienta prefeituras para o melhor aproveitamento nas cidades dos programas e políticas públicas do Governo Lula.

A luta dos trabalhadores é outra de suas bandeiras, com suporte a sindicatos no encaminhamento das reivindicações de diferentes categorias. Na outra ponta, ele apoia o cooperativismo. Destaca-se o trabalho junto à Coopertrim, cooperativa na cidade de Raul Soares formada por operários que assumiram uma fábrica falida de ferramentas, e a Unicafes, União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, com sede em Carangola.

Mandato participativo - Com um mandato participativo, Miguel Ângelo representa um coletivo formado por lideranças políticas, comunitárias, sindicais, sociais e religiosas de diferentes localidades. As organizações de base da Igreja — em especial, o Movimento de Fé e Política — e o Partido dos Trabalhadores são também importantes pilares de seu mandato, com várias ações implementadas.

É na perspectiva da caminhada do povo que o deputado Miguel Ângelo atua na Câmara dos Deputados, com foco na melhoria de vida das pessoas, no resgate de direitos, na defesa da democracia e na sustentação ao Governo Lula.

Ano legislativo avança positivamente nos direitos das mulheres, diz Natália Bonavides

A deputada **Natália Bonavides (PT-RN)** é a única parlamentar mulher da Bancada do Rio Grande do Norte na Câmara Federal. Seu mandato é atuante na defesa dos direitos da classe trabalhadora, em especial nos direitos das mulheres trabalhadoras.

Buscando reduzir as desigualdades na carreira acadêmica, a parlamentar apresentou o projeto de lei (PL 4811/23), que propõe que mulheres que foram mães e/ou que tenham vínculo de cuidado indispensável de parentes com deficiência tenham redução nas exigências de produção acadêmica em concursos e em processos seletivos. O projeto de lei (PL 3646/23), aprovado pela Comissão dos Direitos das Mulheres, estabelece que no mínimo 30% dos recursos arrecadados com loterias e destinados às entidades esportivas sejam encaminhados às categorias femininas.

A parlamentar ainda relatou o projeto lei (PL 254/20), propondo melhorias para que as mulheres gestantes, lactantes e adotantes recentes tenham garantidos seus direitos à educação domiciliar durante os estudos – projeto que foi aprovado em

plenário e agora tramita no Senado Federal.

Mais direitos - "Fico feliz com as aprovações de nossos projetos. Um de nossos compromissos é o de promover mais oportunidades e direitos para as mulheres. Seja na ciência, no esporte, na política ou onde quiserem, precisamos garantir que as mulheres possam finalmente ocupar os espaços que historicamente lhes foram privados", afirma Natália Bonavides.

Na luta por um Brasil mais justo e sustentável

O primeiro ano do terceiro mandato do deputado **Nilto Tatto (PT-SP)** começou carregado de esperança com o início do novo governo do presidente Lula, que atende as aspirações do povo brasileiro pela união e reconstrução do País. "Felizmente, nossas aspirações foram atendidas e Lula termina seu primeiro ano de mandato com geração de empregos em alta, PIB com crescimento recorde nos últimos anos, redução do desmatamento na Amazônia, tudo com diálogo, respeito à democracia e abandonando o ódio como motor da política de Estado", celebrou Nilto Tatto.

O parlamentar reassumiu a coordenação da Frente Parlamentar Ambientalista com muita disposição "de fazer deste espaço um front da sociedade civil em defesa de um meio ambiente justo e equilibrado, de apoio à ministra Marina Silva (Meio Ambiente) no processo de reconstrução da agenda socioambiental, e de posicionar a Frente como um fórum privilegiado dentro do Congresso Nacional sobre os assuntos relevantes nesta temática", afirmou Nilto Tatto.

CPI do MST - O deputado Nilto Tatto considera marcante a atuação que o PT, assim como parlamentares do PSOL, do PCdoB e do PSB, em especial, tiveram na CPI do MST. "Tive a honra de receber a tarefa de coordenar nossa bancada neste colegiado que, apesar de não ter razão nenhuma de existir, nos deu a oportunidade de reafirmar a importância dos movimentos sociais no País, do MST e da necessária reforma agrária no Brasil e permitiu impor nova derrota às pretensões dos bolsonaristas em criminalizar quem luta por direitos no Brasil", afirmou.

A reconstrução do Brasil está apenas começando, afirma Odair Cunha

A defesa do povo é algo pelo qual sempre vale a pena lutar. Isso ficou ainda mais evidente após os últimos quatro anos de desgoverno, responsável por mais de 700 mil mortes pela Covid, pelo retorno do país ao Mapa da Fome, pelo aumento da violência e discurso de ódio e pelo desrespeito ao povo brasileiro nas mais diversas formas. "Mas a esperança e a democracia venceram e, com o presidente Lula governando novamente o Brasil, nosso país já tem avançado nas mais diversas áreas", resume **Odair Cunha (PT-MG)**.

Avanços do Governo Lula - O deputado enumera os avanços do governo Lula: o Bolsa Família voltou, melhor e mais forte. A Reforma Tributária está sendo debatida e, se aprovada, vai tornar o sistema tributário mais justo e inclusivo. O salário mínimo passou a ter aumento real, e o povo tem conquistado emprego e renda. O Minha Casa Minha, Vida foi retomado, tornando realidade novamente o sonho da casa própria. A vacinação é prioridade outra vez. Educação, pesquisa e ciência voltaram a ser respeitadas e valorizadas, com o aumento do salário de professores e do valor das bolsas para estudantes, além da retomada do diálogo com as universidades e institutos federais. Preconceito, racismo e discurso de ódio não são mais incentivados. A preservação do meio ambiente entrou na agenda nacional outra vez, e o País voltou a ser respeitado mundialmente.

"A defesa do nosso povo é algo pelo qual sempre vale a pena lutar. Este é o primeiro ano do novo governo Lula, que já mostrou que um futuro melhor é possível. E a reconstrução do País está apenas começando", destaca Odair Cunha.

Padre João: missão é defender o governo Lula e combater bolsonarismo

Após vencer o governo Bolsonaro, "enfrentamos agora um novo desafio: defender as políticas cruciais do Governo Lula e persistir na batalha contra os retrocessos do bolsonarismo", afirma o deputado **Padre João (PT-MG)**. Ele lidera a Frente Parlamentar Mista da Segurança e Soberania Alimentar e Combate à Fome, "tema mais premente diante dos 33 milhões de brasileiros passando fome e dos 121 milhões em insegurança alimentar", destaca Padre João.

A resistência contra o agronegócio enfrentou episódios complexos e inquietantes. "Em março, o País ficou chocado ao descobrir casos de trabalho escravo em Minas Gerais. Agimos prontamente para fiscalizar e exigir do poder público soluções imediatas, incluindo a observância do artigo 243 da Constituição e a transferência ao estado de todas as fazendas denunciadas por trabalho escravo, destinando-as à reforma agrária", afirma.

CPI do MST - Outro desafio significativo do mandato, segundo Padre João, foi a CPI do MST, na qual a oposição tentou criminalizar os movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam pelo acesso à terra e pela reforma agrária. "Foram meses de resistência, luta e uma vitória que culminou na não apresentação de um relatório mentiroso", lembra o deputado mineiro.

Padre João observa ainda sobre o trabalho legislativo do mandato: "Apresentamos dois projetos de lei para proibir o fipronil e a atrazina, substâncias que estão dizimando as abelhas e causando danos consideráveis ao meio ambiente e à população. Nossa prioridade continuará sendo a defesa da agricultura familiar, agricultura urbana e periurbana, segurança alimentar, reforma agrária, bem viver e a preservação da Casa Comum, nossa mãe terra, entre outras causas essenciais", afirma.

Patrus Ananias foca mandato da defesa da educação e da soberania nacional

A defesa da educação e das escolas e universidades públicas estiveram no centro das ações do deputado **Patrus Ananias (MG)**, vice-líder da Bancada do PT e coordenador dela na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Membro da Comissão de Educação, o deputado relatou o PL 2.669/2011, que propõe eleições diretas para reitor e vice-reitor das universidades federais. "Esse projeto é um passo importante na educação brasileira para fortalecermos a autonomia das universidades públicas, a liberdade de expressão do pensamento e abrir novos horizontes para a maior integração das universidades com as comunidades em que elas estão inseridas", afirmou. Patrus Ananias apresentou ainda o PL 5102/2023, que transforma os Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais e do Rio de Janeiro em universidades federais tecnológicas, cuja aprovação será novo marco para a educação no País.

Bolsa Família - Patrus atuou pela aprovação de medidas estratégicas do governo Lula que buscaram a reconstrução do País, como o aumento do Bolsa Família e a recuperação das políticas públicas que retiraram o Brasil do Mapa da Fome, como o Programa de Aquisição de Alimentos.

O deputado lançou a Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, com objetivo de mobilizar os parlamentares e a sociedade brasileira no debate sobre a soberania nacional, que pressupõe o desenvolvimento do País, a retomada e a ampliação das políticas públicas, a proteção do patrimônio nacional e a independência da política externa. "Um país soberano é um país que cuida em primeiro lugar do seu povo, garantindo a todos, sem discriminação, condições dignas de vida".

Em defesa das empresas públicas, ele atuou para desmobilizar a extinção da estatal Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, que fabrica produtos de alta tecnologia, criada para alavancar a cadeia produtiva de eletrônicos no Brasil.

Paulão: na luta em defesa dos direitos humanos, da educação, da saúde e da agricultura familiar

A trajetória política do deputado **Paulão (PT-AL)** em 2023 foi marcada por um comprometimento firme em defesa dos interesses do povo brasileiro, em especial dos alagoanos, na Câmara dos Deputados. "Tive uma participação ativa e decisiva em votações cruciais, especialmente nas Comissões de Defesa do Consumidor, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e na Comissão de Desenvolvimento Urbano. Busquei incansavelmente políticas que beneficiassem não só Alagoas, mas todo o País", afirmou.

O parlamentar focou seu trabalho em áreas essenciais para o seu estado. "Minha dedicação à educação, cultura, saúde e agricultura familiar foi uma prioridade. Busquei incessantemente iniciativas que fortalecessem esses setores, entendendo a importância vital que têm para o desenvolvimento e bem-estar da população alagoana".

Direitos Humanos - Paulão reiterou seu compromisso "inabalável' com os direitos humanos e enfatizou que a defesa desses direitos foi um ponto central em todas as suas ações políticas. "Busquei dar voz aos mais vulneráveis e defender a justiça social em cada decisão tomada na Câmara. E isso continuará sendo uma bandeira primordial na minha atuação parlamentar", garantiu.

Paulão acrescentou que seguirá firme ao lado do presidente Lula e dos colegas parlamentares, empenhado em continuar trabalhando incansavelmente pelos interesses do povo. "Minha jornada política é pautada pela determinação em defender causas justas e relevantes, e essa missão persistirá enquanto estiver na luta".

Projeto de Uczai prevê economia na conta de luz e geração de energia limpa

O programa Renda Básica Energética, de autoria do deputado **Pedro Uczai (PT-SC)**, propõe mudanças no sistema da Tarifa Social de Energia Elétrica, fortalecendo a produção de energia limpa e renovável no País. Atualmente, todos os usuários de energia elétrica do País pagam diretamente na fatura a Conta de Desenvolvimento Energético, um fundo que tem como objetivo financiar políticas públicas, entre elas a Tarifa Social.

Todos os anos são recolhidos em média R$ 6 bilhões através da CDE e de acordo com Uczai, este recurso poderia ser utilizado para criação de usinas solares, produzindo energia para 17 milhões de famílias. "Nosso objetivo é que em dez anos, sejam construídas usinas solares suficientes para atender as famílias da Tarifa Social, fazendo com que este custo seja retirado da conta de luz dos contribuintes", explica.

Cuidar do planeta - O projeto prevê investimentos do governo federal e de empresas estatais. "O aporte total seria de R$ 60 bilhões, garantindo o acesso à energia elétrica para estas famílias, diminuindo a conta de luz dos brasileiros, gerando mais empregos, fortalecendo a indústria e cuidando do meio ambiente", salienta o parlamentar.

Para Uczai, o programa promove uma transição energética e ecológica efetiva. "Temos em mãos uma oportunidade única de cuidar do nosso planeta. Já apresentamos o projeto para o governo federal, e o próximo passo agora é fortalecer nosso PL dentro da Câmara para que já em 2024 possamos colocá-lo em prática", enfatiza.

Reginete Bispo: atuação em defesa da igualdade, justiça social e combate ao racismo

Ao completar o primeiro ano na Câmara, a deputada **Reginete Bispo (PT-RS)** reafirma seu compromisso na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Como voz ativa no combate à fome, ao racismo e ao machismo, ela destaca a importância de estar ao lado do presidente Lula nesses objetivos. Como militante negra do Movimento Negro, sua presença no Congresso Nacional assume uma relevância singular.

Para Reginete Bispo, o retorno do presidente Lula possibilita o resgate de pautas essenciais para o bem-estar da população. "Com Lula na Presidência, resgatamos programas fundamentais, como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, além do fortalecimento das políticas de combate ao racismo e à misoginia, com a implementação dos ministérios da Igualdade Racial, e das Mulheres".

Dignidade ao povo negro - Na esfera legislativa, a parlamentar apresentou projetos de lei visando garantir mais dignidade para o povo negro e às mulheres. Destaca-se o PL 1102/2023, voltado ao combate ao trabalho escravo e o projeto de lei (PL 3268/2021) que declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, do qual Reginete foi relatora.

A deputada participa de três comissões permanentes, incluindo a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, além das comissões de Educação, e de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Além disso, ela coordena a Frente Parlamentar Feminista Antirracista e a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Reginete Bispo também tem forte atuação na recém-criada Bancada Negra e na Bancada Feminina.

Em 2023, Reginaldo Lopes tratou da economia do País e das pessoas

O mandato do deputado **Reginado Lopes (PT-MG)** definiu enfrentar questões estruturantes em 2023, que impactam diretamente na economia do País e das pessoas. "Estabelecemos um planejamento para o ano baseado em 3 Rs: Reforma Tributária, renegociação da dívida de Minas Gerais e estados e reorganização econômica dos territórios".

Após 40 anos sendo debatida no Congresso Nacional, finalmente foi aprovada a Reforma Tributária, considerada pelo deputado a principal mudança estrutural do País desde a redemocratização. "Essa foi a prioridade do nosso mandato durante quase todo o ano. Além da ação legislativa, realizei centenas de debates sobre o tema em todos os cantos do Brasil e para os mais diversos públicos". O parlamentar foi o coordenador do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional e, junto com o relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e demais membros, conquistou a aprovação da matéria com amplo apoio da sociedade

Ainda tratando de questões estruturantes, o mandato de Reginaldo Lopes colocou em debate e apresentou soluções para a injusta dívida do estado de Minas Gerais com a União. Na ordem de R$

160 bilhões, ela pode levar as finanças estaduais ao colapso. O parlamentar apresentou o PLC 145/2023 que estabelece novos parâmetros de renegociação, preservando o patrimônio e o pleno funcionamento dos serviços públicos.

Através do Fundo Municipal de Empreendimento Coletivo (FMEC), projeto criado pelo deputado, estão sendo implementadas iniciativas para reorganização econômica territorial de cidades e regiões, proporcionando emprego e renda através da inserção e qualificação profissional. "Com o FMEC, vamos criar cidades sustentáveis, para empregar o seu povo, criar novos mercados consumidores e desenvolver regiões que não são incluídas pelas grandes indústrias", explica o deputado.

Reimont trabalha pela aprovação de agendas do Governo Lula

Chegamos ao final do primeiro ano de mandato na Câmara Federal, com produção intensa, na luta para aprovar as agendas do governo do nosso presidente Lula e barrar as propostas conservadoras e de retrocesso dos neoliberais e da extrema direita.

Para o deputado **Reimont (PT-RJ)**, o Brasil tem urgências e a maior delas é a fome, que voltou com violência após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. "Com a ascensão dos governos golpistas, especialmente o último, programas de segurança alimentar foram desmontados e extintos. Recuperar e ampliar esses sistemas são as nossas tarefas mais prementes; devemos isso à grande maioria das pessoas que convivem com a dor da falta ou da insuficiência de comida de qualidade".

Projetos - O parlamentar apresentou na Câmara Federal dois projetos de lei nesse sentido, incluindo o Programa Nacional do Afroempreendedor, de incentivo a pequenos e microempresários negros, população mais afetada pelo empobrecimento imposto pelos governos pós-golpe. Reimont participa de seis comissões permanentes, incluindo a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, como 2º Vice-Presidente, e as de Trabalho, Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Administração e Serviço Público, e coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa da População em Situação de Rua.

"A luta é diária e precisa ser exercida em muitos espaços, não só no Congresso, mas junto ao povo. É assim que entendemos a política e a defesa de um Brasil com justiça social, ambiental, econômica, política, cultural, nutricional e alimentar!", destaca Reimont.

CPMI do Golpe termina com indiciamento de Bolsonaro e mais 60 golpistas

Indicado pelo Partido dos Trabalhadores, o deputado **Rogério Correia (PT-MG)** foi membro titular e de destaque na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023, a CPMI do Golpe. O relatório aprovado pela comissão, importante trincheira de luta contra a ultradireita, comprovou que o País passou por um processo golpista capitaneado por Jair Messias Bolsonaro.

Desde a reunião com os embaixadores (2022), motivo pelo qual o ex-presidente já está inelegível, passando pelas blitze da PRF no segundo turno das eleições - e a tentativa de explodir a área de embarque do Aeroporto de Brasília -, até as minutas golpistas encontradas no celular de Mauro Cid e Anderson Torres, "a cada nova descoberta foi possível constatar que o País esteve à beira de um golpe de Estado", disse.

Em todas as oitivas, Rogério Correia apresentou números, imagens, vídeos e arquivos que desmontaram as narrativas bolsonaristas e ajudaram na construção do documento que indiciou Bolsonaro, 29 militares e outros 31 golpistas. A participação de Rogério, inclusive nas redes sociais, foi fundamental para pressionar pela formulação de

um relatório contundente que abarcasse o conteúdo das investigações e o coro popular que clamava pela não anistia aos que atentaram contra a nossa democracia e instituições.

STF - Para Rogério Correia, agora o STF tem, além de uma grande quantidade de provas, o respaldo político de um relatório aprovado por ampla maioria que condena os que praticaram crimes contra o Congresso e demais poderes. "A CPMI do Golpe foi atividade central do ano legislativo, e figura como a resposta firme dos parlamentares à barbárie que tomou conta do principal palco democrático brasileiro", destacou o deputado mineiro.

Otoni: trabalho que o Brasil reconhece em defesa da cidadania e direitos

O deputado **Rubens Otoni (PT-GO)** tomou posse no início desta legislatura para seu 6° mandato na Câmara Federal. Sua coerência nos posicionamentos e a firmeza na defesa dos direitos de cidadania o faz respeitado pelas pessoas, independentemente de partido político.

A atuação do deputado foi destaque nacional em diversas vezes ao longo de 2023, em especial pelos seus 209 projetos apresentados nesta legislatura. Otoni é o deputado goiano com maior número de projetos apresentados e o segundo entre os 513 deputados. São projetos que atendem às demandas das mais diversas áreas.

Outro destaque é a sua atuação na vice-presidência da Frente Parlamentar Mista de Logística, como coordenador da Câmara Temática de Mobilidade Urbana. "Vivemos um momento inédito no País, com investimentos do Governo Lula. Nesse contexto, a frente se propõe a modernizar a infraestrutura do Brasil e a melhorar a logística nacional, com foco em projetos de concessões de rodovias, ferrovias, portos e, sobretudo, na busca de soluções para os desafios da Mobilidade Urbana".

Mobilidade urbana - A Mobilidade Urbana é uma das áreas que ganha ainda mais importância nesse momento. "Estamos atuando em defesa das pautas que tratam desse tema, propondo projetos de lei, sugerindo relatorias, apresentando emendas, viabilizando a realização de audiências públicas, acompanhando e propondo estudos técnicos e outras ações relevantes ao tema", detalha.

Rubens Pereira Jr. teve atuação destacada na CPMI do Golpe

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Golpistas encerrou suas atividades após cinco meses de intensos debates, investigações minuciosas e análises criteriosas, em outubro de 2023. A bancada petista desempenhou um papel essencial na apuração dos eventos ocorridos em 8 de Janeiro e na obtenção de informações cruciais sobre a tentativa de golpe. Foi graças à CPMI que houve a continuidade das investigações nos outros órgãos e foram celebradas delações premiadas.

O relatório final, coordenado pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA), foi elaborado com precisão e detalhamento. O ministro Alexandre de Moraes do STF, inclusive, já o utilizou como base para inquéritos, pedindo o indiciamento de 61 pessoas e aprofundamento das investigações. Isso reforça o compromisso com a busca pela verdade e responsabilização daqueles que agiram contra a democracia e as instituições.

Poder moderador - Com discursos contundentes e questionamentos incisivos aos investigados, o deputado **Rubens Pereira Jr (PT-MA)** foi um dos destaques da bancada do PT na comissão. Um dos momentos marcantes foi quando o parlamentar confrontou o general Augusto Heleno sobre sua afirmação de ser uma espécie de "poder moderador".

Durante o depoimento, Rubens questionou: "O senhor se considera um poder moderador?", ao que o general afirmou positivamente. Rubens complementou: "Não existe na Constituição de 88 esse poder moderador, isso é fora da realidade, é um terraplanismo constitucional". A resposta foi de que não havia dito isso, e ao perceber o equívoco, o general permaneceu em silêncio diante dos parlamentares. Rubens disse que Heleno estava aproveitando para desmentir as próprias fake news.

Tadeu Veneri coordena Frente em defesa da Educação Pública

A criação da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas foi uma das marcas do primeiro ano de mandato do deputado **Tadeu Veneri (PT-PR)** na Câmara dos Deputados. A defesa da educação pública é um dos eixos da atuação de Veneri, que foi eleito coordenador da Frente. Responsáveis pela quase integralidade das pesquisas científicas no País e um dos principais instrumentos de inclusão social e redução das desigualdades, as instituições de ensino precisam de todo o apoio para poder funcionar e ampliar a oferta do ensino superior público e gratuito.

"Com a Frente, ganhamos mais um espaço para debater e encaminhar as políticas públicas para o ensino superior, com destaque para a discussão sobre a participação das universidades no orçamento público", afirma o deputado..

Universidade no PR - Assim foi feito na primeira audiência da Frente realizada em Curitiba com servidores e corpo docente da Universidade Federal do Paraná. A proposta é fazer essa escuta da comunidade universitária em vários estados.

"Alvo de um processo de corte de receitas e desvalorização desde o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, as nossas universidades começam a ser vistas como prioridade no projeto de reconstrução de um país soberano que tem como uma das bases a existência de um sistema de ensino superior universal, público, gratuito e de qualidade", destacou Veneri.

Um ano de retomada das políticas sociais, diz Valmir Assunção ao avaliar 2023

Edição da nova Lei de Cotas, renegociação das dívidas da população, criação de novos empregos formais. Esses são os temas destacados pelo deputado **Valmir Assunção (PT-BA)** em avaliação do ano de 2023.

"Com Lula presidente, conseguimos reorganizar a atuação em torno das pautas fundamentais ao crescimento do País e bem-estar da população. Então se tratou de um ano de retomada das políticas sociais, voltadas para a melhoria da situação econômica do brasileiro/a. O resultado está na formulação da nova lei de cotas que inclui mecanismos de auxílio permanência; nos mais de 2 milhões de empregos formais; na renegociação de mais de R$ 430 milhões de dívidas", disse Valmir Assunção.

Para o parlamentar baiano, a pauta antirracista também ganhou prioridade não só do governo, como também do Parlamento. "Criamos a Bancada Negra, um espaço de luta contra o racismo e de formulação de políticas públicas voltadas ao povo negro. Somos maioria populacional, mas ainda poucos no Congresso Nacional. É, sem dúvidas, uma vitória do Movimento Negro frente à representação institucional na Câmara Federal".

Resistência - Para Valmir Assunção, a vitória empreendida na CPI contra o MST foi fruto de uma grande confluência de atuação entre Governo, Parlamento e Movimentos Sociais. "Vencemos este ataque do bolsonarismo contra o MST. Compreendemos que isso deve dar ainda mais força e convicção de implementação e melhorias para as políticas de reforma agrária e produção de alimentos saudáveis", disse.

Vander vê 2023 positivo e projeta cenário ainda melhor para o Mato Grosso do Sul e o Brasil

Com o encerramento de 2023, o deputado **Vander Loubet (PT-MS)** avalia que, apesar dos enormes desafios, o saldo do ano é muito positivo. "Este ano marcou a recolocação do Brasil nos trilhos do desenvolvimento, depois de seis anos de estrangulamento das políticas sociais e do investimento público", diz.

"Foi um ano de recuperação da esperança. Tivemos a volta da Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida, do Mais Médicos, da Farmácia Popular, que sempre fizeram a diferença na vida da população", destaca o parlamentar pantaneiro.

Vander ainda cita a esperança ao falar do cenário econômico. "Apesar de herdar uma 'terra arrasada' nas finanças do País, a equipe do governo Lula, liderada pelo ministro Haddad, tem atuado incansavelmente para equilibrar o orçamento, justamente para garantir as políticas sociais e atrair investimentos privados. Isso nos dá esperança de que dias ainda melhores estão por vir", completa.

Mato Grosso do Sul - Em relação ao Mato Grosso do Sul, o deputado frisa que sua atuação segue ajudando a promover o desenvolvimento do estado e seus municípios.

"Seja através das emendas parlamentares ou dos programas do governo, temos contribuído com o atendimento das demandas da população. Nossos mandatos, assim como os governos do Lula, sempre tiveram perfil municipalista. Até porque é nas cidades onde as pessoas vivem, por isso é importante fazer chegar nesses lugares investimentos e políticas governamentais", observa Vander.

Vicentinho: na luta pela união e reconstrução do País

2023 está marcado como o ano da reconstrução e da união do País, diz o deputado **Vicentinho (PT-SP)**. Para ele, o Brasil voltou a 'Esperançar' com pautas importantes para classe trabalhadora, entre elas a retomada de direitos, o resgate e a ampliação das políticas públicas e sociais implementadas no Governo Lula e Dilma e que foram destruídas após o golpe de 2016 e pelo "desgoverno" anterior.

Vicentinho destaca que, com a vitória da democracia, o presidente Lula fez com que os brasileiros retomassem a esperança de um País melhor. "Assim, tanto as vitórias da Bancada do PT, como o mandato, obtiveram conquistas após o enfrentamento e grandes lutas", comenta o parlamentar.

Conquistas - Vicentinho recorda que uma das conquistas do mandato foi que a primeira lei sancionada por Lula este ano é de sua autoria. "Falamos da Lei nº 14.519/23, que institui o Dia Nacional das Comunidades de Matriz Africanas e Nações do Candomblé", observa.

Outra conquista importante do mandato foi a promulgação da Lei n° 14.553/23, que obriga as empresas, anualmente, a informar quantos negros e negras trabalham em determinada empresa.

O deputado lembra ainda que "o mandato está focado na realidade do povo" e que participou ativamente de diversas comissões e frentes parlamentares, como as em defesa da classe trabalhadora, em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas, na luta pela criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores (as) da Economia Informal, em defesa dos direitos das Trabalhadoras e Trabalhadores por Aplicativos e junto com a bancada do PT na luta pela aprovação do piso salarial da Enfermagem.

Vicentinho teve grande protagonismo na criação da Bancada Negra, aprovada em 2023, um marco histórico na luta pelos direitos da comunidade negra brasileira. "Sempre na luta em defesa da dignidade humana", afirma.

Waldenor comemora retorno de Lula com esperança no futuro de Vitória da Conquista

Neste ano de 2023 o deputado **Waldenor Pereira (PT-BA)** atuou no Parlamento em defesa de projetos e medidas que ajudaram o Governo Lula na reconstrução do Brasil. "A esperança retornou ao País em 1º de janeiro deste ano, quando o presidente Lula voltou a governar o Brasil, retomando o olhar humano, a atenção social e as políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e crescimento econômico, e nós fizemos a nossa parte aqui, aprovando matérias que dão sustentação a esse projeto", afirmou.

Waldenor avaliou que neste mesmo cenário também renasceu a esperança em um futuro melhor para os munícipios brasileiros. "Partilhando desse sentimento de esperança, avaliamos que é o momento de também sonhar com mudnças no governo de Vitória da Conquista, na Bahia. Para o deputado, as eleições municipais de 2024 devem representar a oportunidade de retorno à cena política brasileira de administrações democráticas, eficientes e comprometidas com os mais pobres. "A volta do Lula representa a garantia da recuperação das políticas públicas e dos programas sociais que comprovadamente melhoram a vida nosso povo. As prefeituras, portanto, devem estar alinhadas com o governo federal no propósito de realizarem gestões que defendam o desenvolvimento sustentável com inclusão, igualdade e justiça social", argumentou o deputado.

Zé Neto: um mandato em defesa dos trabalhadores, movimentos sociais e empreendedores

O deputado **Zé Neto (PT-BA)** tem sido um importante interlocutor dos movimentos sociais, sindicais e associativos, dos trabalhadores urbanos e rurais e dos setores produtivos da Bahia e do Brasil. Em seu segundo mandato federal, foi reeleito com 128.439 mil votos, o segundo mais votado da Bahia em 2022. O parlamentar luta pelas categorias que acompanha e apoia, e já apresentou proposições voltadas para áreas como agricultura familiar, transporte, cultura, desenvolvimento econômico e social, e mais atenção à zona rural. Um desses exemplos é o PL 5838/2019, sancionado pelo presidente Lula, que reconhece o forró como manifestação da cultura nacional.

Atuação parlamentar - Dando continuidade a uma atuação em busca de dias melhores para o povo brasileiro, baiano e feirense, Zé Neto preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários e de Endemias e a Frente Parlamentar em Defesa do Despachante do Brasil e da

Frente Parlamentar em Defesa dos Cartórios do Brasil; é vice-presidente da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, da Frente Parlamentar do Empreendedorismo e membro da Frente Parlamentar dos Produtores de Leite; 1º vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico; membro das Comissões de Indústria, Comércio e Serviços, de Finanças e Tributação, e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e é um dos coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios.

Washington Quaquá fortalece ações em defesa da economia popular e inclusão social

O deputado **Whasington Quaquá (PT-RJ)** é um dos parlamentares mais atuantes em articulações para fortalecer a base do Governo Lula e em frentes parlamentares em defesa da economia popular e dos interesses do estado do Rio de Janeiro. Ideali-zou e criou a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Criativa do Carnaval e das Escolas de Samba (mista).

Também apresentou o projeto de lei (PL 2769/2023), que propõe a criação do Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro, que seria financia-do por meio de uma contribuição sobre a venda de bebidas alcoólicas.

Quaquá articulou ainda a criação das frentes parlamentares em Defesa das Favelas e Respeito à Cidadania dos seus Moradores e em Defesa da Tarifa Zero. "O transporte precisa ser visto como direito, não mercadoria como outra qualquer", afirmou o deputado.

Superação da violência - Neste primeiro ano, o deputado se dedicou também à promoção da paz e da inclusão social. Visitou, a convite da Cufa (Central Única das Favelas), a cidade de Medellín, exemplo de superação da violência com inclusão social e econômica das comunidades. Washington Quaquá atua nas comis-sões de Turismo e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qual prioriza as rela-ções entre países da América Latina, Caribe e África.

Ex-prefeito de Maricá, o deputado põe seu mandato a serviço da geração de em-pregos no Rio de Janeiro. Ajudou a conquistar na Organização Mundial do Turismo (OMT) a escolha da cidade do Rio como sede do escritório regional da mais importante instância do turismo mundial

Atuação em defesa do Paraná e de todo o Brasil

O deputado **Zeca Dirceu (PT-PR)** encarou em 2023 um dos maiores desafios da sua carreira política: a liderança do PT na Câmara, o maior partido de esquerda da América Latina. Prefeito por duas vezes de Cruzeiro do Oeste (PR), agora em seu quarto mandato como deputado federal, o início da atual legislatura foi marcado por trabalho intenso e muito diálogo e negociações para apoiar as ações do Governo Lula como líder do PT e da Federação Brasil da Esperança.

Matérias estratégicas – Em 2023, ele articulou a aprovação de várias matérias estratégicas para o povo brasileiro, como o Regime Fiscal Sustentável, que coloca a economia brasileira no rumo certo; o Desenrola Brasil; o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Zeca Dirceu foi relator do PLC 136, que assegurou socorro do Governo Lula em razão da redução do ICMS incidente sobre combustíveis, vigente de junho a dezembro de 2022.

No campo internacional, teve atuação destacada. No primeiro semestre, visitou a China, antes da visita do presidente Lula, numa missão governamental e empresarial. Entre os objetivos, contribuir para ampliar exportações brasileiras, inclusive do Paraná.

Em outubro, retornou à China, numa missão parlamentar, para tratar de novo dos interesses econômicos e comerciais do Brasil. Antes, visitou a Índia, onde participou da 9ª Cúpula de Presidentes de Parlamento do G20.

O líder também acompanhou Lula na abertura da 78ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro, e, em novembro, foi a Cuba, para participar da 39ª Feira Internacional de Havana. É membro do Parlamento do Mercosul.

Em defesa do Paraná - Com sua atuação, o Paraná se beneficiou com ações e investimentos federais que priorizaram a retomada dos programas sociais, de inclusão e de obras de infraestrutura viária, industrial e produtiva, no âmbito do Novo PAC, capazes de garantir empregos, renda e qualidade de vida ao povo paranaense.

Na Educação, assegurou recursos para a expansão da educação profissional e tecnológica, com aporte às universidades federais e às universidades tecnológicas, e a expansão dos cursos de Medicina para regiões desassistidas. A formatura da primeira turma de médicos egressos da Unipar, compromisso e luta dele há mais de uma década, foi um marco.

Na Saúde, atuou para fortalecer a oferta de serviços no estado, como a emenda coletiva para o Hospitalar Pequeno Príncipe de Curitiba, para o Hospital São Vicente de Paulo, de Guarapuava, e, através da Itaipu Binacional, para o Hospital do Câncer de Umuarama e Cascavel. Abraçou ainda projetos de incentivo ao turismo, à preservação ambiental e à moradia digna.

www.ptnacamara.org.br
/ptnacamara